

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	17
Demonstração do Fluxo de Caixa	18

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	19
DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	20
Demonstração do Valor Adicionado	21

Comentário do Desempenho	22
Notas Explicativas	29
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	96

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	100
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	102
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	103

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Ordinária		0,23177
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	28/12/2018	Ordinária		0,23177
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	29/06/2018	Preferencial		0,25495
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2018	Dividendo	28/12/2018	Preferencial		0,25495

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	2.029.199	1.867.664
1.01	Ativo Circulante	38.191	55.714
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	25.278	25.048
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.931	2.055
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.931	2.055
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.982	28.611
1.01.08.03	Outros	10.982	28.611
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	10.936	28.592
1.01.08.03.03	Outros Créditos	46	19
1.02	Ativo Não Circulante	1.991.008	1.811.950
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.259	161.235
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.391	6.134
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	4.391	6.134
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	18.390	17.623
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	18.390	17.623
1.02.02	Investimentos	1.824.636	1.644.222
1.02.02.01	Participações Societárias	1.824.636	1.644.222
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	86.341	77.605
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.656.907	1.478.799
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	81.388	87.818
1.02.03	Imobilizado	38	41
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	38	41
1.02.04	Intangível	6.075	6.452
1.02.04.01	Intangíveis	6.075	6.452
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.075	6.452

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	2.029.199	1.867.664
2.01	Passivo Circulante	12.171	18.927
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	790	1.051
2.01.01.01	Obrigações Sociais	790	1.051
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	790	1.051
2.01.02	Fornecedores	1.157	1.292
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.157	1.292
2.01.03	Obrigações Fiscais	97	77
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	92	75
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	86	71
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	6	4
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5	2
2.01.05	Outras Obrigações	10.127	16.507
2.01.05.02	Outros	10.127	16.507
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.893	16.301
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	234	206
2.02	Passivo Não Circulante	6.626	6.499
2.02.04	Provisões	6.626	6.499
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.452	1.325
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	148	21
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.010.402	1.842.238
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.185.978	1.189.031
2.03.04.01	Reserva Legal	147.943	147.943
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.038.035	1.037.930
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	3.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.999	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-688.891	-687.109

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	41.868	181.411	59.107	59.023
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.030	-19.805	-8.163	-22.539
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-550	-1.605	-453	-3.570
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	48.448	202.821	67.723	85.132
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	41.868	181.411	59.107	59.023
3.06	Resultado Financeiro	215	883	219	2.517
3.06.01	Receitas Financeiras	310	1.007	239	2.566
3.06.02	Despesas Financeiras	-95	-124	-20	-49
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	42.083	182.294	59.326	61.540
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.083	182.294	59.326	61.540
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	42.083	182.294	59.326	61.540
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,02950	4,45970	1,45140	1,50550
3.99.01.02	PN	1,13250	4,90560	1,59650	1,65610
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,02950	4,45970	1,45140	1,50550
3.99.02.02	PN	1,13250	4,90560	1,59650	1,50550

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	42.083	182.294	59.326	61.540
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.083	182.294	59.326	61.540

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.999	-19.837
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-18.981	-20.168
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	182.294	61.540
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.481	1.482
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-202.821	-85.132
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-62	-150
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	127	2.092
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.018	331
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	0	801
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	-767	-47
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	0	-175
6.01.02.04	Fornecedores	-135	38
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-261	8
6.01.02.06	Tributos a Recolher	20	-292
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	28	-2
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	124	0
6.01.02.10	Outras Contas - Ativos	-27	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	27.885	23.666
6.02.04	Dividendos Recebidos	27.885	23.666
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-7.656	-1.225
6.03.02	Dividendos Pagos	-7.780	-1.225
6.03.03	Partes Relacionadas	124	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	230	2.604
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	25.048	17.986
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	25.278	20.590

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	105	0	0	105
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	184.076	-1.782	182.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.294	0	182.294
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.782	-1.782	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.782	-1.782	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	172.999	-688.891	2.010.402

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.315	-3.775	61.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.540	0	61.540
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	3.775	-3.775	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.775	-3.775	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	65.315	-401.850	2.137.383

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.057	-5.015
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.057	-5.015
7.03	Valor Adicionado Bruto	-3.057	-5.015
7.04	Retenções	-1.481	-1.482
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.481	-1.482
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.538	-6.497
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	203.828	87.698
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	202.821	85.132
7.06.02	Receitas Financeiras	1.007	2.566
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	199.290	81.201
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	199.290	81.201
7.08.01	Pessoal	16.323	19.264
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.685	18.585
7.08.01.02	Benefícios	196	186
7.08.01.03	F.G.T.S.	442	493
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	433	374
7.08.02.01	Federais	298	322
7.08.02.02	Estaduais	8	20
7.08.02.03	Municipais	127	32
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	240	23
7.08.03.02	Aluguéis	116	23
7.08.03.03	Outras	124	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	182.294	61.540
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	182.294	61.540

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	9.516.164	9.060.252
1.01	Ativo Circulante	3.980.338	3.872.617
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	318.009	564.594
1.01.03	Contas a Receber	1.439.529	1.399.563
1.01.03.01	Clientes	1.288.323	1.251.864
1.01.03.01.01	Contas a Receber de Clientes	1.812.172	1.719.835
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-523.849	-467.971
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	151.206	147.699
1.01.04	Estoques	9.395	9.732
1.01.06	Tributos a Recuperar	137.038	75.831
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	137.038	75.831
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.076.367	1.822.897
1.01.08.03	Outros	2.076.367	1.822.897
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	0	9.045
1.01.08.03.04	Outros Créditos	240.968	250.663
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	293.096	0
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	31.300	30.277
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.511.003	1.532.912
1.02	Ativo Não Circulante	5.535.826	5.187.635
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.881.768	1.644.921
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.04	Contas a Receber	51.797	38.904
1.02.01.04.01	Clientes	49.708	35.380
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.089	3.524
1.02.01.07	Tributos Diferidos	633.514	641.806
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	633.514	641.806
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	4.879	6.622
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	4.391	6.134
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.054.100	820.111
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	31.371	19.440
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	188.834	161.430
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	381.911	397.355
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	203.013	0
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	248.971	241.886
1.02.02	Investimentos	227.703	216.481
1.02.02.01	Participações Societárias	227.703	216.481
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	146.315	128.663
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	81.388	87.818
1.02.03	Imobilizado	153.524	151.672
1.02.04	Intangível	3.272.831	3.174.561
1.02.04.01	Intangíveis	3.272.831	3.174.561
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.263.766	3.164.619

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	9.065	9.942

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	9.516.164	9.060.252
2.01	Passivo Circulante	4.614.273	4.486.667
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	200.626	200.623
2.01.01.01	Obrigações Sociais	200.626	200.623
2.01.02	Fornecedores	992.737	831.582
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	992.737	831.582
2.01.03	Obrigações Fiscais	314.930	208.823
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	160.815	74.108
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	112.070	19.832
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	45.315	44.574
2.01.03.01.03	Outros	3.430	9.702
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	152.539	132.472
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.576	2.243
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	470.771	340.390
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	347.494	88.057
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	347.494	88.057
2.01.04.02	Debêntures	123.277	252.333
2.01.05	Outras Obrigações	2.495.034	2.765.944
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.866	19.732
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.866	19.732
2.01.05.02	Outros	2.485.168	2.746.212
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	9.893	16.301
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.427.710	2.677.615
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	0	4.638
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	47.565	47.658
2.01.06	Provisões	140.175	139.305
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	140.175	139.305
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	140.175	139.305
2.02	Passivo Não Circulante	2.891.489	2.731.347
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	406.200	142.292
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	27.767	42.409
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	27.767	42.409
2.02.01.02	Debêntures	378.433	99.883
2.02.02	Outras Obrigações	154.868	221.835
2.02.02.02	Outros	154.868	221.835
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	22.425	41.060
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	129.967	156.610
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	0	21.689
2.02.03	Tributos Diferidos	10.141	9.613
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.141	9.613
2.02.04	Provisões	2.320.280	2.357.607
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.954.939	1.996.750
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	66.715	59.791
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	66.157	64.095
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.662.045	1.738.673

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	160.022	134.191
2.02.04.02	Outras Provisões	365.341	360.857
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	363.291	358.700
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.050	2.157
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.010.402	1.842.238
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.185.978	1.189.031
2.03.04.01	Reserva Legal	147.943	147.943
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.038.035	1.037.930
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	0	3.158
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	172.999	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-688.891	-687.109

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.220.759	5.972.715	1.927.673	5.110.742
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.822.650	5.093.130	1.489.524	4.524.066
3.01.02	Receita de Construção	111.270	307.959	110.103	302.141
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	286.154	568.613	327.572	283.134
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	685	3.013	474	1.401
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.029.678	-5.286.499	-1.687.791	-4.438.430
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.751.090	-4.500.070	-1.419.712	-3.660.096
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-3.179	-10.083	-6.290	-18.528
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-164.139	-468.387	-151.686	-457.665
3.02.04	Custo de Construção - CPC 17	-111.270	-307.959	-110.103	-302.141
3.03	Resultado Bruto	191.081	686.216	239.882	672.312
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-126.277	-336.510	-153.978	-400.497
3.04.01	Despesas com Vendas	-66.347	-172.759	-71.725	-180.438
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-72.784	-221.964	-94.153	-264.972
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-38.311	0	9.865	37.408
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	46.346	46.346	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.819	11.867	2.035	7.505
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	64.804	349.706	85.904	271.815
3.06	Resultado Financeiro	7.436	-43.387	-15.087	-147.093
3.06.01	Receitas Financeiras	100.451	182.509	60.491	232.482
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.015	-225.896	-75.578	-379.575
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	72.240	306.319	70.817	124.722
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30.157	-124.025	-11.491	-63.182
3.08.01	Corrente	-28.804	-109.498	-15.420	-27.186
3.08.02	Diferido	-1.353	-14.527	3.929	-35.996
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	42.083	182.294	59.326	61.540
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	42.083	182.294	59.326	61.540
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.083	182.294	59.326	61.540

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,02950	4,45970	1,45130	1,50550
3.99.01.02	PN	1,13250	4,90560	1,59650	1,65610
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,02950	4,45970	1,45130	1,50550
3.99.02.02	PN	1,13250	4,90560	1,59650	1,65610

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	42.083	182.294	59.326	61.540
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	42.083	182.294	59.326	61.540
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	42.083	182.294	59.326	61.540

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 30/09/2018	Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-323.322	593.025
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	546.962	435.268
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	306.319	124.722
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	160.649	163.154
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-11.867	-7.505
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-32.316	-30.189
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	80.521	88.008
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-49.232	-73.995
6.01.01.09	Juros Pagos	-39.591	-37.265
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	19.384	54.966
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	39.301	55.618
6.01.01.13	Provisão/Reversão para perdas de ativos	0	52
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	36.187	37.458
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-3.013	-1.401
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	39.721	60.823
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	899	822
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-870.284	157.757
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	-596.283	-288.480
6.01.02.03	Contas a Receber	-90.402	-113.156
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	15.285	-288.225
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-73.138	-1.324
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-27.404	-48.165
6.01.02.07	Estoques	337	793
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	30.664	-17.199
6.01.02.14	Fornecedores	161.155	255.252
6.01.02.15	Tributos a recolher	45.841	95.673
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-18.632	-18.227
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-276.396	479.272
6.01.02.18	Passivo Financeiro - "Parcela A" - CVA	98.055	220.236
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-129.407	-117.093
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-9.959	-1.600
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-303.169	-273.136
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-311.758	-288.581
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-8.358	-4.979
6.02.05	Dividendos Recebidos	16.947	20.424
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	379.906	-272.208
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-139.926	-151.186
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	382.736	201
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-7.656	-1.225
6.03.06	Ingresso de Debêntures	394.742	0
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-249.990	-119.998
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-246.585	47.681
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	564.594	917.464
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	318.009	965.145

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161	0	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053	0	-3.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158	0	-3.158
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	184.076	-1.782	182.294	0	182.294
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	182.294	0	182.294	0	182.294
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.782	-1.782	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.782	-1.782	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	172.999	-688.891	2.010.402	0	2.010.402

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.315	-3.775	61.540	0	61.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.540	0	61.540	0	61.540
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	3.775	-3.775	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	3.775	-3.775	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	65.315	-401.850	2.137.383	0	2.137.383

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/09/2017
7.01	Receitas	9.627.472	8.299.517
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	9.270.763	7.989.971
7.01.02	Outras Receitas	88.471	68.229
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	307.959	302.141
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-39.721	-60.824
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.042.118	-4.164.565
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-4.569.721	-3.734.147
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-164.438	-128.277
7.02.04	Outros	-307.959	-302.141
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-307.959	-302.141
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.585.354	4.134.952
7.04	Retenções	-160.649	-163.154
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-160.649	-163.154
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.424.705	3.971.798
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	194.376	239.987
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.867	7.505
7.06.02	Receitas Financeiras	182.509	232.482
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.619.081	4.211.785
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.619.081	4.211.785
7.08.01	Pessoal	457.601	502.997
7.08.01.01	Remuneração Direta	387.654	433.315
7.08.01.02	Benefícios	49.944	48.768
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.003	20.914
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.738.845	3.250.158
7.08.02.01	Federais	2.177.883	1.847.422
7.08.02.02	Estaduais	1.555.411	1.398.531
7.08.02.03	Municipais	5.551	4.205
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	240.341	397.090
7.08.03.01	Juros	22.237	35.945
7.08.03.02	Aluguéis	14.445	17.515
7.08.03.03	Outras	203.659	343.630
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	29.783	7.038
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	173.876	336.592
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	182.294	61.540
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	182.294	61.540



1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no terceiro trimestre de 2018 chegaram a R\$344.848 ante R\$328.566 em 2017, sendo 3,79% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	30 de setembro 2018		30 de setembro 2017		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	330.888	95,95%	318.814	97,03%	3,79%
Recursos Próprios	272.697	-	276.387	-	-
Participação Financeira do Consumidor	58.191	-	42.427	-	-
Geração de Energia Elétrica	13.960	4,05%	9.752	2,97%	43,15%
Participações Societárias	8.358	-	4.978	-	-
Parque Gerador Próprio	5.602	-	4.774	-	-
Total	344.848	100%	328.566	100%	4,96%

Fonte: DEF/DPCO

Do total investido, o maior volume de R\$330.888 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$272.697 foram com recursos próprios (sendo R\$219.130 em materiais e serviços, R\$53.567 em mão de obra própria) e R\$58.191 foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$1.491 se refere à automação da Usina Garcia, R\$2.965 na substituição do conduto adutor da Usina Cedros, R\$256 referem-se à automação em andamento das usinas Rio do Peixe, São Lourenço e Piraí, R\$234 foi substituição de tubo de sucção e válvulas aeradoras da Usina Salto e R\$208 investidos na estrutura para contenção de entulhos e equipamentos de informática para a Usina Pery.

Em relação aos investimentos em SPEs, foram investidos R\$3.283 na Usina Garça Branca, R\$2.275 em aumento de capital na SPE Rondinha Energética, R\$1.800 em investimentos na EDP Transmissão Aliança SC e R\$1.000 em aumento de capital na SPE Xavantina.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2018 com valorização de 9,04%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 2,04% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia apresentaram valorização de 9,79% no terceiro trimestre de 2018.

Comentário do Desempenho



O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2018 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 30 Setembro 2018	Desempenho *	
		3º TRI 2018	Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 31,29	9,79%	48,15%
Celesc ON	R\$ 29,30	-18,61%	5,58%
IBOVESPA	79.342	9,04%	6,79%
IEE	39.351	2,04%	-4,73%

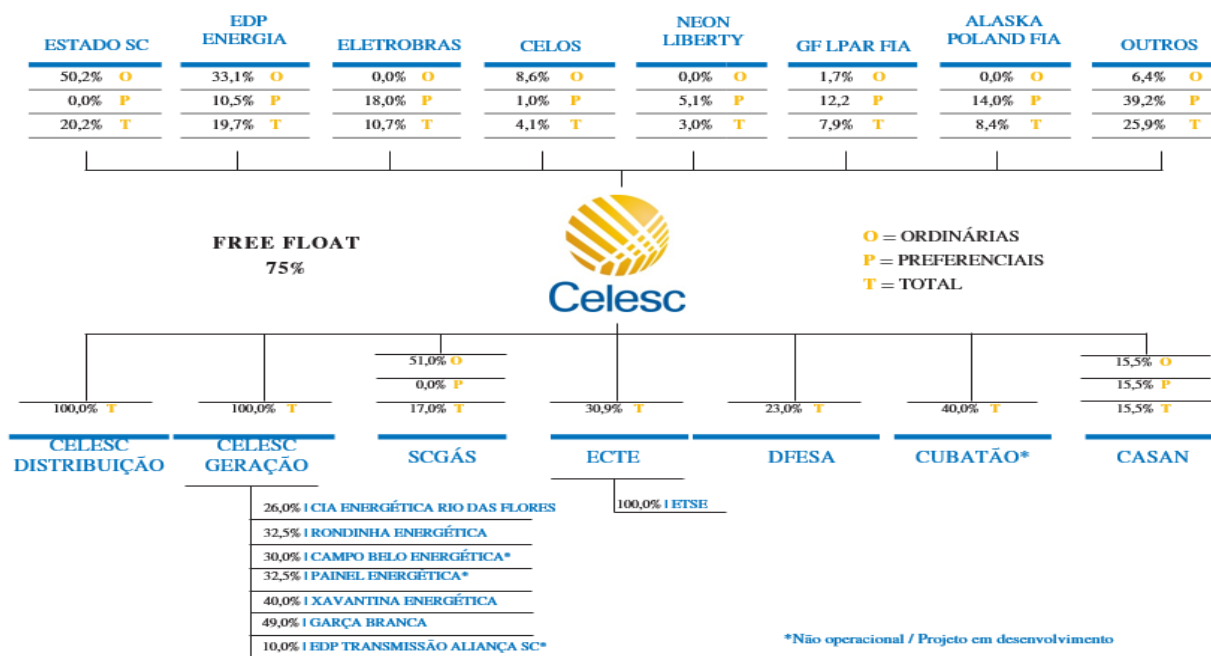
Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2018, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$29,30 (vinte e nove reais e trinta centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R\$31,29 (trinta e um reais e vinte e nove centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2018 está apresentada no organograma a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



4. RECURSOS HUMANOS

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2018, com um quadro funcional de 3.235 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 2,35% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.313 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 30 de setembro de 2018 apresentado pela Companhia foi de R\$182.294, que representa um aumento significativo de 196,22%, se comparado ao mesmo período de 2017 (Lucro Líquido de R\$61.540).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	9.581.735	8.293.513	15,53%
Receita Operacional Líquida – ROL	5.972.715	5.110.742	16,87%
Resultado das Atividades	349.706	271.815	-28,66%
EBITDA	510.354	434.969	17,33%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	8,54%	8,51%	0,03 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,05%	1,20%	1,85 p.p.
Resultado Financeiro	(43.387)	(147.093)	-70,50%
Ativo Total	9.516.164	9.133.055	4,19%
Imobilizado	153.524	152.477	0,69%
Patrimônio Líquido	2.010.402	6.995.672	-71,26%
Lucro/Prejuízo Líquido	182.294	61.540	196,22%

Fonte: DEF/DPCO

O Grupo encerrou 30 de setembro de 2018 com Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$9.581.735 com aumento de 15,53% em relação a 2017 num valor de R\$8.293.513.

A Receita Operacional Líquida – ROL fechou o terceiro trimestre de 2018 em R\$5.972.715 com um crescimento de 16,87%, em relação ao mesmo período de 2017 que foi no valor de R\$5.110.742.

O resultado acumulado no terceiro trimestre de 2018 foi impactado pelo bom desempenho da subsidiária Celesc D, que destaca o reajuste tarifário médio de 13,86% aplicado em agosto de 2018, aos seus consumidores; um crescimento de 2,7% no consumo total de energia elétrica distribuída em relação ao mesmo período de 2017 e redução de 2,3% dos gastos gerenciáveis.

O EBITDA, do terceiro trimestre de 2018, atingiu o valor de R\$510.354, ficando 17,33% superior em relação a 2017 (R\$434.969) e a Margem do EBITDA passou de 8,51% no terceiro trimestre de 2017 para 8,54% em 2018.

Comentário do Desempenho


Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Lucro Líquido	182.294	61.540
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	124.025	63.182
Resultado Financeiro	43.387	147.093
Depreciação e Amortização	160.648	163.154
EBITDA	510.354	434.969

Fonte: DEF/DPCO

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Base Acionária em 30 de setembro 2018	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A. (i)	5.140.868	33,11	2.427.820	10,54	7.568.688	19,62
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	262.100	1,69	2.811.000	12,20	3.073.100	7,97
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.226.600	14,00	3.226.600	8,37
Neon Liberty Capital Management LLC	-	0,00	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	988.452	6,36	9.031.969	39,19	10.020.421	25,98
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

(i) Aquisição de Participação Acionária pela Energias do Brasil S.A. – EDP

A Energias do Brasil S.A. – EDP adquiriu da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, acionista exclusiva do Angra Partners Volt FIA, 33,11% das ações ordinárias equivalentes a 5.140.868 ações ON, e 437.807 ações PN, representando, em conjunto, 14,5% do total de ações de emissão da Companhia. A operação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, sendo concluída em 21 de março de 2018.

No leilão da OPA realizado em 26 de abril de 2018, do Segmento da B3, foram adquiridas 1.990.013 ações PN. Após a liquidação das compras realizadas no leilão, ocorrida em 02 de maio de 2018, a EDP passou a deter 10,54% das ações preferenciais equivalentes a 2.427.820 ações PN, que somadas a 5.140.868 ações ON, representam 19,62% do capital social da Celesc.

Comentário do Desempenho



7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2018 representando 9,76% do Capital Social total da Companhia, detendo um volume de 3.765.356 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	3.765.356	9,76
Investidores Nacionais	34.806.235	90,24
Total	38.571.591	100,00

Fonte: DEF/DPRI

8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.328	1,02%	9.463.988	24,54%
Conselho de Administração	-	-	1	0,00%	1	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	22	0,00%	22	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.103	98,98%	29.107.580	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.103	98,98%	29.107.580	75,46%

Fonte: DEF/DPRI

9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.103	98,98%	29.107.580	75,46%

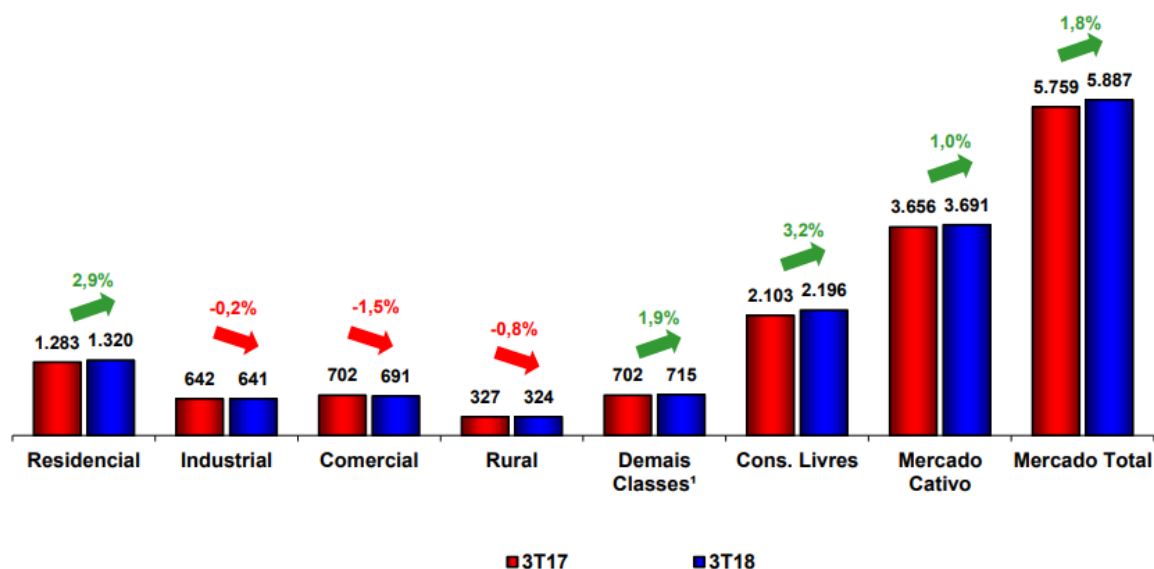
Fonte: DEF/DPRI

10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Faturado Cativo da Celesc Distribuição S.A. – Celesc D apresentou crescimento de 1% no terceiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.691 GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 1,8%, atingindo 5.887 GWh.

No Gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o do Mercado Total:

Comentário do Desempenho



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2018		2017		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	3º Trim 2018	Acum 2018	3º Trim 2017	Acum 2017	3º Trim 18-17	Acum 18-17
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	896.666	2.704.863	753.135	2.420.369	38,2%	38,7%	37,8%	38,7%	19,1%	11,8%
Industrial	513.564	1.414.488	437.686	1.281.270	21,9%	20,2%	22,0%	20,5%	17,3%	10,4%
Comercial	520.682	1.653.999	453.312	1.503.407	22,2%	23,7%	22,7%	24,0%	14,9%	10,0%
Rural	151.385	446.523	128.095	394.163	6,4%	6,4%	6,4%	6,3%	18,2%	13,3%
Poder Público	71.520	212.649	62.217	187.489	3,0%	3,0%	3,1%	3,0%	15,0%	13,4%
Iluminação Pública	71.850	193.043	59.454	168.722	3,1%	2,8%	3,0%	2,7%	20,9%	14,4%
Serviço Público	52.603	146.265	43.652	128.252	2,2%	2,1%	2,2%	2,0%	20,5%	14,0%
Subtotal	2.278.269	6.771.830	1.937.549	6.083.671	97,0%	96,9%	97,2%	97,2%	17,6%	11,3%
Suprimento	70.110	218.903	55.249	172.533	3,0%	3,1%	2,8%	2,8%	26,9%	26,9%
TOTAL	2.348.379	6.990.733	1.992.798	6.256.204	100%	100%	100%	100%	17,8%	11,7%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.319.863	4.314.636	1.282.977	4.242.063	35,8%	36,2%	35,1%	35,9%	2,9%	1,7%
Industrial	641.009	1.899.893	642.461	1.939.432	17,4%	15,9%	17,6%	16,4%	-0,2%	-2,0%
Comercial	691.157	2.409.758	701.929	2.438.726	18,7%	20,2%	19,2%	20,6%	-1,5%	-1,2%
Rural	323.981	1.058.375	326.720	1.034.075	8,8%	8,9%	8,9%	8,8%	-0,8%	2,3%
Poder Público	100.621	329.829	101.931	325.368	2,7%	2,8%	2,8%	2,8%	-1,3%	1,4%
Iluminação Pública	162.123	487.962	161.909	474.753	4,4%	4,1%	4,4%	4,0%	0,1%	2,8%
Serviço Público	88.218	270.555	86.456	263.404	2,4%	2,3%	2,4%	2,2%	2,0%	2,7%

Comentário do Desempenho


Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Subtotal	3.326.972	10.771.008	3.304.382	10.717.820	90,1%	90,4%	90,4%	90,7%	0,7%	0,5%
Suprimento	364.405	1.143.179	351.851	1.099.907	9,9%	9,6%	9,6%	9,3%	3,6%	3,9%
TOTAL	3.691.376	11.914.187	3.656.233	11.817.728	100%	100%	100%	100%	1,0%	0,8%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	679,36	626,90	587,02	570,56	106,8%	106,8%	107,7%	107,8%	15,7%	9,9%
Industrial	801,18	744,51	681,26	660,64	125,9%	126,9%	125,0%	124,8%	17,6%	12,7%
Comercial	753,35	686,38	645,81	616,47	118,4%	117,0%	118,5%	116,4%	16,7%	11,3%
Rural	467,27	421,89	392,06	381,17	73,4%	71,9%	71,9%	72,0%	19,2%	10,7%
Poder Público	710,78	644,72	610,38	576,24	111,7%	109,9%	112,0%	108,8%	16,4%	11,9%
Iluminação Pública	443,18	395,61	367,20	355,39	69,7%	67,4%	67,4%	67,1%	20,7%	11,3%
Serviço Público	596,29	540,61	504,90	486,90	93,7%	92,1%	92,6%	92,0%	18,1%	11,0%
Subtotal	684,79	628,71	586,36	567,62	107,6%	107,1%	107,6%	107,2%	16,8%	10,8%
Suprimento	192,40	191,49	157,02	156,86	30,2%	32,6%	28,8%	29,6%	22,5%	22,1%
TOTAL	636,18	586,76	545,04	529,39	100%	100%	100%	100%	16,7%	10,8%

Fonte: DCL

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de novembro de 2018.

A Administração



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00 representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

O capital circulante líquido no final do período do terceiro trimestre de 2018 encontra-se negativo em R\$633.935, devido ao pagamento da 3ª parcela anual da amortização das Debêntures da Celesc D no valor de R\$100 milhões, ao incremento da contabilização dos juros semestrais, e das parcelas mensais do Subsídio Decreto nº 7.891/2013 da CDE.

Além disso, a Celesc D contratou R\$300 milhões para capital de giro, sendo R\$150 milhões junto ao Banco do Brasil e R\$150 milhões junto ao Banco Safra, ambos por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, com taxas de juros mais baixas e com duração de 12 meses, para fazer frente aos aumentos de custo de energia atrelados às oscilações de valores da GSF e PLD de energia. Considera-se, também, neste trimestre, como fatores que impactam o CCL, o aumento dos tributos, ocasionado pelo aumento da receita bruta das subsidiárias da Companhia e o aumento da conta de fornecedores.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, subsidiária integral da Celesc, em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 2,9 milhões de clientes faturados.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

a) Reajuste Tarifário Anual de 2018

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.436 de 13 de agosto de 2018, homologou o Reajuste Tarifário da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2018. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 13,86%, sendo de 15,05%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 3,15%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão. Os Encargos Setoriais tem participação de 4,77%, -1,42% de Custos com Transmissão, 5,08% com Despesas de Energia, 0,06% de Receitas Irrecuperáveis, 0,37% com os Custos da Distribuidora, 7,48% relativo aos Componentes Financeiros do processo atual, e -2,48% relativo à retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior.

Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

Na composição da Receita Líquida para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não-gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,4%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,6%, definida no valor de R\$1.506.197.

b) Bandeiras Tarifárias

Os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para 2018 são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$10,00/Mwh;
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$30,00/Mwh;
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$50,00/Mwh.

Segundo a ANEEL, a proposta relativa à métrica de acionamento leva em conta a definição de custo do risco hidrológico, onde há relação indireta entre a profundidade do déficit de geração hidráulica e o preço da energia elétrica de curto prazo. A composição dessas duas variáveis, em sistemática de gatilho, faz com que a arrecadação prevista, com os valores propostos, se aproxime mais dos custos incorridos.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, até o terceiro trimestre de 2018 são:



Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)
Janeiro	Verde	-	-
Fevereiro	Verde	-	1.627
Março	Verde	1.905	-
Abril	Verde	1.868	-
Maio	Amarela	2.458	-
Junho	Vermelha – Patamar 2	5.688	-
Julho	Vermelha – Patamar 2	4.092	-
Agosto	Vermelha – Patamar 2	4.318	-
Setembro	Vermelha – Patamar 2	4.262	-

Fonte: DEF/DPCO e DRJ/DPRA

c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial em face da ANEEL, objetivando questionar o Despacho nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta, atendida pela ANEEL quando da homologação da Revisão Tarifária, sendo que no momento a Celesc D permanece discutindo o mérito da ação em juízo, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário, bem como a aplicação de penalidades pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral da Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por uma Pequena Central Hidrelétrica – PCH, seis Usinas Hidrelétricas – UHEs e cinco Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G. Além disso, possui investimentos em parceria com investidores privados, sendo seis geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e uma transmissora.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir:

Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,7	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,8	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,1	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
UHE Pery	Curitibanos/SC	30,00	14,08	09/07/2047
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	3,8	17/03/2035
CGH Caveiras	Lages/SC	3,83	2,77	(i) (ii)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	2,03	(ii)
CGH Pirai	Joinville/SC	0,78	0,45	(ii)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	0,22	(ii)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	0,5	(ii)
Total		106,97	67,19	

Fonte: DGT/ADGT

(i) A Resolução Autorizativa nº 7.246, de 21 de agosto de 2018, extinguiu a concessão da Usina Hidrelétrica Caveiras, outorgada à Celesc G, dispensada a reversão dos bens da concessão nos termos da Lei nº 12.783/2013. Já foi protocolado na ANEEL requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a usina CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

(ii) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Propriedade	Potência Final (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	5,62	7,20	100%	12,82	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Marum	0,00	1,40	100%	1,40	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	6,28	23,00	100%	29,28	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2) (i)	8,40	4,60	100%	13,00	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras (i)	24,60	0,75	100%	25,35	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na CGH Caveiras (i)	3,83	10,00	100%	13,83	-
Total	48,73	46,95		95,68	

Fonte: DGT/ADGT

(i) Dependerá do Estudo de Inventário do Trecho do Rio e da Outorga de Autorização.

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a companhia busca obter em média 55% de fator de capacidade da usina total após ampliação, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

O parque de geração, já em operação, em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE, possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW de potência instalada, conforme tabela adiante.

Novos Empreendimentos em Operação – Participação Minoritária

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	49,00%	3,19
Total - MW			31,78		11,24

Fonte: DGT/ADGT

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 19,15MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 5,98MW de potência instalada proporcional, conforme tabela a seguir:

Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
PCH Campo Belo	9,95	4,31	30,00%	2,99	1,29	13/05/2044
PCH Painei	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
Total	25,65	12,51		9,17	4,52	

Fonte: DGT/ADGT

Além dos projetos supracitados, a Celesc G tem 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, o terceiro maior projeto ofertado no leilão de abril de 2017, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão. É composto por diversas instalações no estado de Santa Catarina, conforme tabela abaixo:

Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão

Origem	Destino	Circuito ¹	Extensão (KM)	Tensão (Kv)
SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
SE Siderópolis 2	SE Siderópolis 2	CD	6,0	230
SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em Julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em Agosto do mesmo ano.



Em 09 de abril de 2018, foi protocolado no Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA/SC o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA. Em 15 de junho, foi emitida pelo IPHAN, a Portaria nº 35, aprovando o Projeto de Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Implantação do Empreendimento. O Projeto Básico Ambiental – PBA foi encaminhado ao IMA/SC e a Licença de Instalação, requerida em 05 de julho, está sujeita à aprovação. A entrada em operação comercial estabelecida pela ANEEL é agosto de 2022 e os requerimentos das Licenças Prévias antes do prazo previsto favorecem o início da Licença de Instalação e, consequentemente, o início das obras antecipadas para construção dos projetos.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Novos Investimentos em Transmissão – Participação Minoritária

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data limite para entrada em operação	Status
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	433	1	11/08/2022	Licenciamentos

Fonte: DGT/ADGT

2.1.2.1. Ambiente Regulatório

a) Concessões Prorrogadas

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANELL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW) bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão da obra até novembro de 2021. Em 2018, o projeto passou por processo de consolidação, o qual foi encaminhado para a ANEEL e a Celesc G já iniciou os procedimentos internos para contratação das obras.

b) Fator de Ajuste da Garantia Física

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* – *GSF*, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais. Em meados de agosto o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. O Relator ouvirá as partes e demais interessados no prazo de 15 dias. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos



demais juízes aos casos idênticos em tramitação, ressalvando que existem outros IRDR's já instaurados sobre o mesmo objeto perante o TRF da 1ª Região.

A Celesc G vem monitorando permanentemente o andamento do processo e acompanha as movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil LTDA e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. O TJSC, por meio de acórdão da 3ª Câmara de Direito Público decidiu em 24 de abril de 2018, dar provimento aos recursos de Gaspetro, Mitsui e SCGÁS, reformando a sentença favorável ao Estado de Santa Catarina e a Celesc considerando legais as alterações estatutárias e acordo de acionista. Desta decisão o Estado de Santa Catarina interpôs Embargos de Declaração ainda não julgados pela Corte.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestação de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE, Alupar, com 50%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a



Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30 anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista (525kV/230kV) e Gaspar (230kV/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa. As empresas Gerdau, com 52% de participação; Copel com 23% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2%, são os demais sócios.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

A Usina Hidrelétrica Cubatão S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville, Santa Catarina, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da Empresa, a Inepar, com 40%, e a Statkraft, com 20%. O investimento na Usina Cubatão está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento na sua área de concessão, na qual a Celesc é detentora de 15,48% do total das ações. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Participações e Parcerias S.A. – SC Par detentora de 18,03% e Codesc com 2,28%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individual e Consolidada, são descritas a seguir.



3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 29 de outubro de 2018.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações são:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.6)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras Anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2018.

4.1. Base de Mensuração



As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos nos balanços patrimoniais.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidados do período findo em 30 de setembro de 2017, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34^o Interim Financial Reporting*).

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

4.2.1. Demonstração do Fluxo de Caixa – Consolidado

	30 de setembro 2017	Reclassificação	Consolidado 30 de setembro 2017 (Reapresentado)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Aumento (Redução) nos Passivos	913.513	-	913.513
Fornecedores	255.252	-	255.252
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias (i)	23.637	(41.864)	(18.227)
Tributos a Recolher	95.673	-	95.673
Passivo Financeiro – "Parcela A" – CVA	220.236	-	220.236
Taxas Regulamentares (ii)	479.272	-	479.272
Passivo Atuarial (i)	(158.957)	41.864	(117.093)
Outras Contas	(1.600)	-	(1.600)

(i) A Celesc D reclassificou, de Passivo Atuarial para Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias, o Programa de Demissão Voluntária – PDV e o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Tais reclassificações alteraram os saldos dessas rubricas em R\$41.864.

4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB e adotadas Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos Financeiros” – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de Ativos e Passivos Financeiros. As principais alterações que o IFRS 9 traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR; (ii) novo modelo de *impairment* para Ativos



Financeiros, híbrido de perdas esperadas e com prospecção de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

A representação das informações comparativas, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de crédito esperadas, de períodos anteriores não é exigida. Desta maneira, com a aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia reconheceu as diferenças dos saldos contábeis de ativos financeiros em reserva de lucros.

O valor do impacto no Patrimônio Líquido em 01 de janeiro de 2018 foi de R\$11.707, sendo R\$16.784 de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD e R\$5.077 de Tributos e Contribuições Sociais Diferidos e representam a melhor expectativa de perdas de crédito na data base das Demonstrações Financeiras Anuais.

4.3.1. Balanço Patrimonial

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ IFRS 9	01 de janeiro de 2018	31 de dezembro de 2017	Adoção CPC48/ IFRS 9	01 de janeiro de 2018
ATIVO CIRCULANTE						
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	1.399.563	(16.784)	1.382.779
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Investimentos	1.644.222	(11.707)	1.632.515	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais Diferidos	-	-	-	641.806	5.077	646.883
TOTAL ATIVO	1.867.664	(11.707)	1.855.957	9.060.252	(11.707)	9.048.545
TOTAL PASSIVO	25.426	-	25.426	7.218.014	-	7.218.014
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Lucro Acumulado	-	(11.707)	(11.707)	-	(11.707)	(11.707)
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.867.664	(11.707)	1.855.957	9.060.252	(11.707)	9.048.545

IFRS 15/CPC 47 – “Receita de Contratos com Clientes” – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. As efetivas modificações trazidas pelo CPC 47 são: i) a modificação de contrato (ajuste retroativo); ii) reconhecimento da Receita cumprida uma obrigação havendo então a transferência de controle ao cliente; iii) reconhecimento da Receita em determinado momento ou ao longo do tempo; iv) determinação do preço total ou parcialmente variável; v) uso de estimativas e limites que necessitam de alto grau de julgamento, podendo afetar o valor ou até mesmo o momento de reconhecimento de receita; vi) divulgações mais amplas.

A *performance* das distribuidoras em relação a qualidade do serviço e do produto oferecidos aos consumidores é percebida pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade individuais a Duração de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – DIC e a Frequência de Interrupção Individual por Unidade Consumidora ou por Ponto de Conexão – FIC.

Conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, essas



penalidades estão classificadas na Despesa Operacional.

Com a adoção na nova norma, a Celesc D reclassificou R\$11.665 de Custo dos Serviços Prestados para Receita de Vendas e Serviço de Energia Elétrica, referente às penalidades DIC e FIC, reconhecendo a Receita de forma líquida de contraprestação variável.

4.3.2. Demonstração do Resultado do Exercício – Consolidado

	Consolidado		
	30 de setembro 2017	Reclassificação (CPC 47)	30 de setembro 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.122.407	(11.665)	5.110.742
Receita das Vendas e Serviços	4.535.731	(11.665)	4.524.066
Receita de Construção	302.141	-	302.141
Receita Parcela A - CVA	283.134	-	283.134
Atualização do Ativo Financeiro - VNR	1.401	-	1.401
Custos de Vendas /Serviços Prestados	(4.450.095)	11.665	(4.438.430)
Custo das Mercadorias Vendidas	(3.660.096)	-	(3.660.096)
Custo dos Produtos Vendidos	(18.528)	-	(18.528)
Custo dos Serviços Prestados	(469.330)	11.665	(457.665)
Custo de Construção	(302.141)	-	(302.141)

4.3.3. Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	Consolidado		
	30 de setembro 2017	Reclassificação (CPC 47)	30 de setembro 2017 (Reapresentado)
Receitas	8.311.182	(11.665)	8.299.517
Venda de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.001.636	(11.665)	7.989.971
Receita de Construção	302.141	-	302.141
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(60.824)	-	(60.824)
Outras Receitas	68.229	-	68.229
Insumos Adquiridos de Terceiros	(4.176.230)	11.665	(4.164.565)
Custo dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos	(3.734.147)	-	(3.734.147)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(139.942)	11.665	(128.277)
Perdas/Recuperação de Ativos	-	-	-
Custo de Construção	(302.141)	-	(302.141)

4.4. Novas Normas e Interpretações

A seguinte nova norma foi emitida pelo *IASB* mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

IFRS 16/CPC 06 – “Operações de Arrendamento Mercantil” – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. A administração ainda está avaliando os impactos de sua adoção. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.



Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras do Grupo.

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito:

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez:

Acesso ao Mercado de Capitais

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado afetando o planejamento de caixa, execução das estratégias ou geração futura de retornos financeiros, por meio do comprometimento da estrutura de capital.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

							Consolidado
							30 de
							Setembro
							2018
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos	Total
Contas a Receber		1.370.609	42.837	26.083	41.386	8.322	1.489.237
Caixa e Equivalente de Caixa		318.009	-	-	-	-	318.009
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) ⁽ⁱ⁾		1.511.003	-	-	-	-	1.511.003
Ativo Financeiro - "Parcela A" - CVA		24.499	49.147	225.920	243.642	-	543.208
Bonificação Outorga	IPCA	2.746	5.424	23.543	106.694	191.519	329.926
Total Ativo		3.226.866	97.408	275.546	391.722	199.841	4.191.383

Notas Explicativas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

							Consolidado
							30 de Setembro 2018
Cartão Corporativo	1,23% a.m. 7,40% a.a. a	26.363	-	-	-	-	26.363
Empréstimo Bancário	7,67% a.a.	1.065	-	308.285	-	-	309.350
Eletrobrás	5% a.a.	1.190	2.343	8.826	5.341	1.856	19.556
Finame	2,5% a 9,5% a.a. CDI + 1,3% a. a.	740	1.335	6.093	23.866	796	32.830
Debêntures – Celesc D	a 1,9% a.a.	2.427	2.938	102.011	287.019	-	394.395
Debêntures – Celesc G	125% do CDI	-	864	17.699	153.176	-	171.739
Fornecedores		541.417	451.268	52	-	-	992.737
Conta Desenvolvimento Energético – CDE ⁽ⁱ⁾		2.189.392	-	-	-	-	2.189.392
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	11.607	9.616	45.434	327.144	143.442	537.243
Total Passivo		2.774.201	468.364	488.400	796.546	146.094	4.673.605

(i) Vide Nota 26. (ii) Taxa Selic projetada para os próximos 12 meses.

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Celesc, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados (Celos), por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

Aceleração de Dívida

Risco do vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro devido ao não cumprimento dos *covenants* financeiros e não financeiros, estabelecidos nas cláusulas referentes aos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures.

5.1.3. Categoria Mercado:

Taxa de Câmbio e Juros

Risco de perdas provocado pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio comprometendo a estratégia.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão:

Planejamento e Orçamento

Risco de perdas pela ausência de sistemas especializados, simulação de cenários baseados em informações não confiáveis, premissas inadequadas e dificuldade de consolidação de informações para gerar planejamento e monitoramento do orçamento comprometendo a expectativa, resultados e metas aprovados.

Contraparte

Risco de perdas e/ou dificuldade de execução de suas estratégias devido ao não cumprimento total ou parcial pela contraparte (fornecedores, prestadores de serviço etc.) das cláusulas acordadas, expondo o grupo a contingências, obrigações solidárias e perdas financeiras.

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

Faturamento

Risco de perdas financeiras provocadas pela falta de qualidade do faturamento, representada por faturamento pela média, leitura equivocada, fraude, falta de qualidade de equipamentos e de capacitação de equipe própria e de terceiros.

5.2.2. Categoria Processo:

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica:

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.3. Classe de Risco de *Compliance*

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal:

Revisão Tarifária

Risco de perdas provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas, acarretando na redução da margem das distribuidoras.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de exposição a sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira.

Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi ¹	FECi ¹	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR} ≥ 0	12,58	9,84	
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR²]} ≤ 1/0,8*SELIC³	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR} < 1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

Fonte: DDI

¹ DECi-Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECi-Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² QRR: Quota Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica-RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

³ Selic: limitada a 12,87% a.a.

Extinção da Concessão de Geração

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da Usina Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2018:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			6,83%	8,54%	10,25%
	Aplicações Financeiras	168.516	11.510	14.391	17.273
	Debêntures	(501.710)	(34.267)	(42.846)	(51.425)
SELIC			7,57%	9,46%	11,36%
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	496.109	37.555	46.932	56.358
	Parcelamento CDE	(2.189.392)	(165.737)	(207.116)	(248.715)
IPCA² (%)			4,53%	5,66%	6,80%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	177.931	8.060	10.071	12.099
	Bonificação de Outorga	280.271	12.696	15.863	19.058
	Reserva Matemática a Amortizar	(434.971)	(19.704)	(24.619)	(29.578)

5.5. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT K19 com vencimento em 02/05/2019 (fechamento 09/10/2018)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

Descrição	30 de setembro 2018	Consolidado
		31 de dezembro 2017
Total dos Empréstimos	375.261	130.466
Debêntures	501.710	352.216
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(318.009)	(564.594)
Dívida Líquida	558.962	(81.912)
Total do Patrimônio Líquido	2.010.402	1.901.473
Total do Capital	2.569.364	1.819.561
Índice de Alavancagem Financeira (%)	21.75%	-4,5%

5.6. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2018. O valor contábil representa o valor justo dos ativos. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 2	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Custo Amortizado		
Caixa e Equivalentes	318.009	564.594
Contas a Receber de Clientes (Nota 11)	1.489.237	1.434.943
Descrição – Nível 3		
Custo Amortizado		
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 10)	1.511.003	1.532.912
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga (Nota 13)	280.271	272.163
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)		
Ações (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado (VJR)		
Ativo Indenizatório (Concessão) (Nota 14)	381.911	397.355
Total do Ativo	4.117.909	4.339.445

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de setembro de 2018.

Descrição	Nível	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
					Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	2	318.009	-	-	318.009
Ações	3	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	381.911	-	381.911
Contas a Receber de Clientes	2	2.127.700	-	-	2.127.700
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.511.003	-	-	1.511.003
Ativo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	496.109	-	-	496.109
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	280.271	-	-	280.271
Outros	3	-	-	217	217
		4.733.092	381.911	137.478	5.252.481
Passivo					
Fornecedores	2	992.737	-	-	992.737
Empréstimos	2	375.261	-	-	375.261
Debêntures	2	501.710	-	-	501.710
Reserva Matemática a Amortizar	3	434.971	-	-	434.971
		2.304.679	-	-	2.304.679

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2017.

					Consolidado
Descrição	Nível	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	2	564.594	-	-	564.594
Ações	3	-	-	137.261	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	397.355	-	397.355
Contas a Receber de Clientes	2	2.017.527	-	-	2.017.527
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (Nota 12)	3	1.532.912	-	-	1.532.912
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	272.163	-	-	272.163
Outros	3	-	-	217	217
		4.387.196	397.355	137.478	4.922.029
Passivo					
Fornecedores	2	831.582	-	-	831.582
Empréstimos	2	161.031	-	-	161.031
Debêntures	2	352.216	-	-	352.216
Reserva Matemática a Amortizar	3	460.992	-	-	460.992
Encargos Setoriais – CDE	3	2.562.138	-	-	2.562.138
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA	3	26.327	-	-	26.327
		4.394.286	-	-	4.394.286

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito.

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.216.812	1.145.115
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	244.879	249.283
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	666.009	623.129
	2.127.700	2.017.527

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Almoxarifado	9.287	9.628
Outros	108	104
	9.395	9.732

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Recursos em Banco e em Caixa	325	46	149.493	129.086
Aplicações Financeiras	24.953	25.002	168.516	435.508
	25.278	25.048	318.009	564.594

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 96% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento.

O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2034), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 12,4 % a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 4,0% a.a. (meta central de inflação a partir de 2020).

³Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



A Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em razão de se tratar de uma estimativa com diversas variáveis e de que o resultado dessas estimativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, não resultou em acréscimo relevante. O valor justo em 30 de setembro de 2018 permanece inalterado.

Conciliação do Valor Contábil:

	Controladora	Consolidado
Descrição	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2016	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2017	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 30 de setembro de 2018	137.261	137.261

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Consumidores					
Residencial	426.004	134.586	97.349	657.939	595.065
Industrial	228.892	39.369	359.329	627.590	613.108
Comércio, Serviços e Outros	252.003	39.515	95.090	386.608	374.307
Rural	80.272	12.652	20.431	113.355	108.314
Poder Público	60.905	763	9.569	71.237	73.668
Iluminação Pública	25.569	10.149	16.544	52.262	48.488
Serviço Público	29.214	180	1.441	30.835	28.748
	1.102.859	237.214	599.753	1.939.826	1.841.698
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	108.008	3.432	12.859	124.299	113.406
Transações no Âmbito da CCEE	5.945	-	27.265	33.210	28.483
Outros Créditos	-	4.233	26.132	30.365	33.940
	113.953	7.665	66.256	187.874	175.829
	1.216.812	244.879	666.009	2.127.700	2.017.527
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(638.463)	(582.584)
				1.489.237	1.434.943
			Circulante	1.439.529	1.399.563
			Não Circulante	49.708	35.380

O Ofício ANEEL-SFF nº 84/2018 determina que deverão compor a base de cálculo da alíquota efetiva, o PIS/PASEP e a COFINS incidentes sobre as Receitas Financeiras da atualização dos Ativos Regulatórios e da atualização do Ativo Financeiro da Concessão.

A Diretoria da Companhia, em conformidade com o referido Ofício, aprovou a cobrança dos valores retroativos de maio de 2015 a fevereiro de 2018, atualizados monetariamente pela Selic, no montante de R\$13,5 milhões, na alíquota efetiva repassada aos consumidores em março de 2018 com reflexos financeiros em maio de 2018.



b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Consumidores		
Residencial	100.270	91.692
Industrial	221.800	207.302
Têxtil (i)	114.613	114.613
Comércio, Serviços e Outras	91.812	81.559
Rural	17.137	10.597
Poder Público	11.298	11.436
Iluminação Pública	15.856	14.543
Serviço Público	1.447	1.382
Concessionárias e Permissionárias (ii)	29.699	16.533
Consumidores Livres	8.532	8.312
Outros	25.998	24.615
Total	638.463	582.584
Circulante	523.849	467.971
Não Circulante	114.614	114.613

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	582.584
Provisão Constituída no Período	43.933
Baixas de Contas a Receber	(4.838)
Ajuste CPC 48	16.784
Saldo em 30 de setembro de 2018	638.463

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A.

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.



Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31 de dezembro de 2017	114.613
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	114.613
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$27.265 em 30 de setembro de 2018.

Do montante total, foi revertido no ano de 2018 o valor de R\$1.136 devido ao seu recebimento nesse ano, enquanto que o valor provisionado nos nove meses de 2018 é de R\$13.020, considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo em face à controvérsia e à incerteza do deslinde do processo judicial.

b.3) Movimentação da PECLD da GSF

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	15.381
Provisão Constituída no Período	13.020
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(1.136)
Saldo em 30 de setembro de 2018	27.265



12. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	2.076.367	1.822.897
Dividendos	-	9.046
Subsídio Decreto nº 7.891/2013 (i)	1.511.003	1.532.912
Pessoal a Disposição	2.908	3.209
Adiantamento Proinfa	14.519	14.519
Adiantamentos Diversos	3.573	3.286
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	54.853	65.612
Compartilhamento de Infraestrutura	9.577	3.631
Conta Bandeiras	4.262	54.825
Programa Baixa Renda	48.911	15.282
Ativos Financeiros – Parcela A - CVA (Nota 13.1)	293.096	-
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	31.300	30.277
Outras Contas (ii)	102.365	90.298
Não Circulante	454.073	245.410
Ativos Financeiros – Parcela A - CVA (Nota 13.1)	203.013	-
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	248.971	241.886
Outras Contas	2.089	3.524
Total	2.530.440	2.068.307

(i) Em 15 de agosto de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.286/2017, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$60.103, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, com vigência de agosto de 2017 a julho de 2018 (Nota 26).

(ii) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul. (Nota 31.2 – c).

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	30 de setembro 2018	Amortização	Constituição	Consolidado	
								Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	619.149	788.473	(201.807)	72.063	1.277.878	679.135	598.743	778.925	498.953
Energia	551.747	659.570	(159.993)	65.251	1.116.575	522.084	594.491	621.166	495.409
Proinfa	-	7.939	(1.140)	463	7.262	6.756	506	6.840	422
Transporte Rede Básica	53.660	45.726	(26.974)	5.279	77.691	77.691	-	77.691	-
Transporte de Energia	13.742	7.032	(3.848)	1.070	17.996	14.250	3.746	14.874	3.122
CDE	-	68.206	(9.852)	-	58.354	58.354	-	58.354	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	61.207	3.573	(41.917)	106	22.969	-	22.969	3.828	19.141
Neutralidade da Parcela A	61.207	3.573	(41.917)	106	22.969	-	22.969	3.828	19.141
Total Ativos Financeiros Setoriais	680.356	792.046	(243.724)	72.169	1.300.847	679.135	621.712	782.753	518.094



Passivos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2017	Adição	Amortização	Remuneração	30 de setembro 2018	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	(602.870)	(101.641)	183.588	(26.000)	(546.923)	(260.016)	(286.907)	(307.834)	(239.089)
Proinfa	(8.646)	-	8.646	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(313)	-	31	(282)	-	(282)	(47)	(235)
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(349.634)	(188.579)	157.168	(20.187)	(401.232)	(260.016)	(141.216)	(283.552)	(117.680)
CDE	(244.590)	87.251	17.774	(5.844)	(145.409)	-	(145.409)	(24.235)	(121.174)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(103.813)	(189.428)	42.984	(7.558)	(257.815)	(227.111)	(30.704)	(181.823)	(75.992)
Neutralidade da Parcela A	-	(19.431)	2.989	(1.259)	(17.701)	(17.701)	-	(17.701)	-
Sobrecontratação de Energia	(22.739)	(72.476)	10.468	(1.136)	(85.883)	(62.007)	(23.876)	(65.986)	(19.897)
Devoluções Tarifárias	(79.883)	(35.256)	18.947	(2.427)	(98.619)	(91.791)	(6.828)	(42.524)	(56.095)
Outros	(1.191)	(62.265)	10.580	(2.736)	(55.612)	(55.612)	-	(55.612)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(706.683)	(291.069)	226.572	(33.558)	(804.738)	(487.127)	(317.611)	(489.657)	(315.081)
Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	(26.327)	500.977	(17.152)	38.611	496.109	192.008	304.101	293.096	203.013

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	-	(52.540)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	419.119	68.819
CVA 2018 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	311.836	-
Total da Parcela A – CVA	730.955	16.279
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	-	28.557
Outros Itens – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(227.111)	(71.163)
Outros Itens - Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(7.735)	-
Total Outros Itens – CVA	(234.846)	(42.606)
Total	496.109	(26.327)

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição						Consolidado
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2017	39.655	56.781	43.401	26.070	106.256	272.163
Atualização Monetária	1.260	1.804	1.381	824	3.392	8.661
Juros	3.566	5.177	3.826	2.665	8.421	23.655
Amortização/Baixa	(3.643)	(5.261)	(3.904)	(2.678)	(8.722)	(24.208)
Em 30 de setembro de 2018	40.838	58.501	44.704	26.881	109.347	280.271
					Circulante	31.300
					Não Circulante	248.971

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	379.490	394.934
Em Serviço	177.931	160.069
Em Curso	201.559	234.865
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	381.911	397.355

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2017	394.934
(+) Novas Aplicações	15.749
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	(33.307)
(+) Ajuste VNR (i)	3.013
(-) Resgate	(899)
Em 30 de setembro de 2018	379.490

(i) A Companhia reconheceu até o terceiro trimestre de 2018, o montante de R\$3.013, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa no 596/2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato. A ANEEL ainda não homologou os valores indenizatórios solicitados pela Celesc G.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

15. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
ICMS ⁴	-	-	40.360	41.537
PIS e COFINS ⁵	-	-	21.248	21.222
IRPJ e CSLL ⁶	1.484	1.627	101.324	27.180
Outros	447	428	5.477	5.332
Total	1.931	2.055	168.409	95.271
Circulante	1.931	2.055	137.038	75.831
Não Circulante	-	-	31.371	19.440

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 27)

⁴Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e Transações

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo não circulante são:

Descrição	Controladora				Consolidado	
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2017						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	132.472	41.537	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.249	-	-
Rede Subterrânea (i)	6.134	-	-	-	6.134	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	19.732
	6.134	132.472	41.537	8.249	6.622	19.732
Em 30 de setembro de 2018						
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	152.539	40.360	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.551	-	-
Rede Subterrânea (i)	4.391	-	-	-	4.391	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	-	9.866
	4.391	152.539	40.360	8.551	4.879	9.866

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Receitas Financeiras	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2017				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.398.531	-	-
Receita de Vendas	-	-	56.702	-
Rede Subterrânea (i)	150	-	-	150
	150	1.398.531	56.702	150
Em 30 de setembro de 2018				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.555.331	-	-
Receita de Vendas	-	-	64.242	-
Rede Subterrânea (i)	62	-	-	62
	62	1.555.331	64.242	62

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção



dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Desta maneira, em 29 de junho de 2018 a Celesc efetuou o encontro de contas deduzindo a primeira parcela dos dividendos do exercício de 2017. A segunda será deduzida em 29 de dezembro de 2018.

Em 30 de setembro de 2018 o valor remanescente e atualizado monetariamente era de R\$4.391.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Administradores				
Honorários	5.200	3.857	5.200	3.857
Participação nos Lucros e/ou Resultados	-	1.577	-	1.577
Passivo Atuarial	163		163	
Encargos Sociais	1.015	1.034	1.015	1.034
Outros	21	137	21	137
	6.399	6.605	6.399	6.605

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Controladas				
Celesc D	1.190.366	1.052.919	-	-
Celesc G	466.541	425.880	-	-
	1.656.907	1.478.799	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	81.388	87.818	81.388	87.818
	81.388	87.818	81.388	87.818
Coligadas				
ECTE	56.976	47.783	56.976	47.783
DFESA	29.365	29.822	29.365	29.822
SPEs ⁷	-	-	59.974	51.058
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	86.341	77.605	146.315	128.663
	1.824.636	1.644.222	227.703	216.481

⁷Sociedade de Propósito Específico.

a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2017						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.052.919	8.114.164	33.342
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	425.880	624.605	48.960
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Em 30 de setembro de 2018						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.190.366	8.380.858	148.524
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	466.541	663.532	42.988
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	184.478	356.520	29.765
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	258.528	114.094	(31.342)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	127.505	134.986	32.324
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)

	Consolidado					
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
		Ordinárias	Capital Social			
Em 31 de dezembro de 2017						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.712	447.319	37.969
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	289.870	414.244	(46.063)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	129.492	138.079	38.540
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.601	5.739	(90)
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,50%	32,50%	33.026	55.215	(3.542)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.611	5.612	(203)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.129	6.542	(63)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.070	59.001	4.540
Xavantina Energética S.A.	241	40,00%	40,00%	23.269	40.661	(2.685)
Garça Branca Energética S.A.	18.014	49,00%	49,00%	29.337	59.436	(4.217)
EDP Transmissão Aliança SC	0,1	10,00%	10,00%	(160)	15.447	(161)
Em 30 de setembro de 2018						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	184.478	356.520	29.765
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	258.528	114.094	(31.342)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	127.505	134.986	32.324
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	40.709	57.037	2.207
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.636	5.657	(12)
Campo Belo Energética S.A.	1.348	20,43%	20,43%	6.130	6.543	(15)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	44.755	60.968	4.686
Xavantina Energética S.A.	246	40,00%	40,00%	24.240	40.992	(1.377)
Garça Branca Energética S.A.	20.660	49,00%	49,00%	34.644	65.152	(1.882)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300	10,00%	10,00%	13.847	150.041	1.007

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2017						
Dividendos e JCP Creditados	-	(2.327)	-	-	(7.902)	(10.229)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	148.524	42.988	9.193	(5.329)	7.445	202.821
Ajuste Adoção Inicial CPC 48 ⁽ⁱ⁾	(11.077)	-	-	-	-	(11.077)
Em 30 de setembro de 2018						
	1.190.366	466.541	56.976	81.388	29.365	1.824.636

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 48, considerando Tributos Diferidos de R\$5.707.



Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2016	52.860	97.117	32.766	44.811	227.554
Integralizações	-	-	-	9.926	9.926
Dividendos e JCP Creditados	(16.804)	-	(11.820)	(470)	(29.094)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.468)	-	-	(1.468)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.727	(7.831)	8.876	(3.209)	9.563
Em 31 de dezembro de 2017	47.783	87.818	29.822	51.058	216.481
Integralizações	-	-	-	8.358	8.358
Dividendos e JCP Creditados	-	-	(7.902)	-	(7.902)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.193	(5.329)	7.445	558	11.867
Em 30 de setembro de 2018	56.976	81.388	29.365	59.974	227.703

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de setembro de 2018 é de R\$37.439 (R\$38.540 em 31 de dezembro de 2017). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

18. IMOBILIZADO

a) Composição do Saldo

							Consolidado
Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.286	372	22.367	151.631
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.895	166.645	1.642	22.367	430.453
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(151.711)	(16.250)	(73.969)	(1.351)	-	(230.530)
Em 31 de dezembro de 2017	1.315	7.555	31.736	88.286	372	22.367	151.631
Adições	-	-	-	-	-	5.383	5.383
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	-	(114)	-	(114)
Baixas Depreciação	-	-	-	-	114	-	114
Depreciação	-	(203)	(648)	(2.612)	(65)	-	(3.528)
(+/-) Transferências	-	165	-	414	254	(833)	-
Em 30 de setembro de 2018	1.315	7.517	31.088	86.088	561	26.917	153.486
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.059	1.896	26.917	435.836
Provisão para Perdas	(11.559)	(30.515)	(1.909)	(4.390)	81	-	(48.292)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.835)	(16.898)	(76.581)	(1.416)	-	(234.058)
Em 30 de setembro de 2018	1.315	7.517	31.088	86.088	561	26.917	153.486
Taxa Média de Depreciação	0%	4,37%	1,82%	3,05%	10%	0%	

b) Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	16,7
Máquinas e Equipamentos	10,9
Veículos	6,4
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,2
Máquinas e Equipamentos	3,0
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4,4
Veículos	11,0
Móveis e Utensílios	1,1

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Celso Ramos e Caveiras, regidas pelo Contrato de Concessão do uso do bem público, são depreciadas com base nos prazos de concessão definidos em contrato, exceto para os investimentos realizados que são suscetíveis à indenização ao final da concessão, sendo esses depreciados com base na Resolução ANEEL nº 674/15.

Com a emissão do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, a UHE Pery passou a ser depreciada conforme taxas definidas na Resolução ANEEL nº 674/15. As CGHs São Lourenço, Rio do Peixe e Piraí, por possuírem contrato de registro, são depreciadas com base nas mesmas taxas, uma vez que não possuem prazo de concessão. A mesma regra aplica-se à CGH Caveiras, a partir de agosto de 2018, estando dispensada do ato de concessão. Os ativos pertencentes à Administração Central da Cellesc G são depreciados com base nas mesmas taxas.

Ainda, os investimentos em melhoria realizados nas Usinas arrematadas no Leilão nº 12/2015 – Garcia, Palmeiras, Saldo, Cedros e Bracinho – são depreciados pelo prazo da concessão ou vida útil, dos dois o menor, uma vez que os Contratos de Concessão nº 06/2016 e 07/2016 preveem a não indenização ao final da concessão. Já os investimentos realizados em ampliação das Usinas deverão ser depreciados conforme estabelecido na Resolução ANEEL nº 674/2015.

c) Ativo Imobilizado totalmente depreciado ainda em operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 30 de setembro de 2018:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	113.251
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.533	10.153
Máquinas e Equipamentos	48.390	43.240
Outros	14.003	14.057
Total	207.081	180.701

19. INTANGÍVEL

Descrição	31 de dezembro 2017	Amortizações	Controladora
			30 de setembro 2018
Ágio Aquisição ECTE	6.452	(377)	6.075

							Consolidado
Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2017	3.164.619	2.266	6.452	152	70	1.002	3.174.561
Custo Total	4.651.046	6.495	14.248	904	70	1.002	4.673.765
Amortização Acumulada	(1.486.427)	(4.229)	(7.796)	(752)	-	-	(1.499.204)
Em 31 de dezembro de 2017	3.164.619	2.266	6.452	152	70	1.002	3.174.561
Adições	290.255	-	-	-	-	219	290.474
Baixas Saldo Bruto	(36.173)	-	-	(904)	-	-	(37.077)
Baixas Depreciação	-	-	-	890	-	-	890
Amortizações	(154.935)	(567)	(377)	(138)	-	-	(156.017)
Em 30 de setembro de 2018	3.263.766	1.699	6.075	-	70	1.221	3.272.831
Custo Total	4.905.128	6.495	14.248	-	70	1.221	4.927.162
Amortização Acumulada	(1.641.362)	(4.796)	(8.173)	-	-	-	(1.654.331)
Em 30 de setembro de 2018	3.263.766	1.699	6.075	-	70	1.221	3.272.831
Taxa Média de Amortização	4,2%	20%	2,0%	0%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

A quota mensal de Uso de Bem Público – UBP referia-se à exploração dos potenciais de energia hidráulica da UHE Caveiras e PCH Celso Ramos, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração em 7,9%.

A contrapartida dessa obrigação estava registrada no ativo intangível sendo amortizada na UHE Caveiras até o final da concessão, ocorrida em julho de 2018 e na PCH Celso Ramos por um prazo limitado a 5 anos, encerrado também em julho de 2018. A partir de agosto de 2018, não consta saldo no passivo referente a obrigatoriedade de recolhimento da UBP.

Os montantes, por Usina, recolhidos até setembro de 2018 e 2017 foram:

		Consolidado
Usinas	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
UHE Pery (i)	-	530
UHE Caveiras	51	63
PCH Celso Ramos	95	138
Total	146	731



(i) Em 2018 o valor total pago foi de R\$146, 80% menor do que no ano anterior em função da renovação no segundo semestre de 2017 da Usina Pery, deixando de haver a obrigatoriedade no recolhimento do encargo.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro	31 de dezembro
	2018	2017
Ativo	633.514	641.806
Passivo	(10.141)	(9.613)
Tributo Diferido Líquido	623.373	632.193

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro	30 de setembro	31 de dezembro
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	210.921	201.716	-	-	210.921	201.716
Provisão para Perdas em Ativos	83.655	74.478	-	-	83.655	74.478
Benefício Pós-Emprego	486.283	513.459	-	-	486.283	513.459
Custo Atribuído	-	-	8.163	9.081	(8.163)	(9.081)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	56.687	58.276	(56.687)	(58.276)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	69.846	71.805	(69.846)	(71.805)
Bonificação de Outorga	-	10.958	22.609	29.007	(22.609)	(18.049)
Outras Provisões	-	-	181	249	(181)	(249)
	780.859	800.611	157.486	168.418	623.373	632.193

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Resultados ANEEL 2018-2022, deliberado na Ata de Reunião do Conselho de Administração de 29 de agosto de 2017, tendo como objetivo definir e apresentar as ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.



Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2018 são:

Ano	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
2018	132.083	146.674
2019	103.804	104.171
2020	91.080	91.448
2021	90.458	90.825
Acima de 2022	363.434	367.493
Total	780.859	800.611

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	22.362
(-) Baixa do Custo Atribuído	(7.173)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	2.439
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.628
(-) Baixa do Custo Atribuído	(2.699)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	16.784
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(4.789)
Saldo em 30 de setembro de 2018	26.925

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	420.438
(+) Adição do Passivo Atuarial	430.759
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(146.459)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	704.738
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 30 de setembro de 2018	704.738



e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	182.294	61.540	306.319	124.722
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(61.980)	(20.924)	(104.148)	(42.405)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	68.959	28.945	4.035	2.552
Benefício Fiscal	-	-	(66)	(31)
Incentivo Fiscal	-	(1)	1.784	237
Provisões Indedutíveis	(530)	(503)	(530)	(503)
Multas Indedutíveis	-	-	(4.123)	(3.989)
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(6.391)	(7.238)	(6.391)	(7.238)
Participação dos Administradores	(58)	(20)	(95)	(56)
Perdas Não Técnicas	-	-	(14.547)	(11.575)
Outras Adições (Exclusões)	-	(259)	56	(174)
	-	-	(124.025)	(63.182)
Corrente	-	-	(109.498)	(27.186)
Diferido	-	-	(14.527)	(35.996)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	40,49%	-50,66%

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
IRPJ	-	-	81.519	15.096
CSLL	-	-	30.551	4.736
Total a pagar	-	-	112.070	19.832
(-) Tributos a compensar	(1.931)	(2.055)	(104.836)	(29.831)
Total	(1.931)	(2.055)	7.234	(9.999)

a) Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

Em novembro de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT instituído pela Lei Federal nº 13.496, de 24 de outubro de 2017.

Após análise das opções descritas na Lei, a Companhia optou pela modalidade descrita no inciso III, alínea “a” do artigo 3º da Lei Federal nº 13.496/2017.

Considerando os benefícios da Lei, esses valores foram registrados contabilmente, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	Consolidado
Descrição	
Em 31 de dezembro de 2017	5.906
(+) Atualizações	91
(-) Amortizações no período	(5.997)
Em 30 de setembro de 2018	-

Em atendimento ao artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017, enquanto não consolidado o parcelamento, o sujeito passivo deverá recolher mensalmente o valor relativo às parcelas, calculado de acordo com a modalidade pretendida dentre as previstas no artigo 3º Lei Federal nº 13.496/2017.

21.2. Outros Tributos

	Controladora		Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
ICMS	-	-	152.539	132.473
PIS e COFINS	6	4	45.315	44.574
Outros	91	73	5.006	11.943
Circulante	97	77	202.860	188.990
(-) Tributos a compensar	-	-	(63.573)	(65.440)
Total	97	77	139.287	123.550

22. FORNECEDORES

	Controladora	
Descrição	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Empregados a Disposição	1.051	1.062
Materiais e Serviços	106	230
Total	1.157	1.292

	Consolidado	
Descrição	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Energia Elétrica	554.407	427.078
Encargos de Uso da Rede Elétrica	84.580	91.820
Materiais e Serviços	61.059	97.665
Empregados a Disposição	1.051	1.062
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	291.640	213.957
Total	992.737	831.582

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas: a) Empréstimos Bancários, b) Empréstimos da Eletrobras e c) Empréstimos Tipo Finame, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.



Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Cartão Corporativo	1,23% a.m	26.202	-
Empréstimos Bancários (a) (i)	110 a 121,5 CDI	-	64.263
Empréstimos Bancários (a) (ii) (iii)	7,4 a 7,67 a.a.	301.062	-
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	18.369	30.565
Finame (c)	2,5 a 9,5 a.a.	29.628	35.638
Total		375.261	130.466
Circulante		347.494	88.057
Não Circulante		27.767	42.409

a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a três contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

(i) A primeira contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final ocorreu em junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final ocorreu em janeiro de 2018.

(ii) A terceira contratação, no valor de R\$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil, por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, em fevereiro de 2018, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

(iii) A quarta contratação, no valor de R\$150 milhões, foi efetuada junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato é de 12 meses e sua liquidação está prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*).

b) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

c) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.



d) Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Ano 2019 - 1T e 3T	-	5492
Ano 2019 - 4T	2.741	11891
Ano 2020	9.307	9307
Ano 2021	6.294	6294
Ano 2022	4.663	4663
Ano 2023	3.260	3260
Ano 2024	1.139	1139
Ano 2025	363	363
	27.767	42.409

e) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Circulante	Não Circulante	Consolidado
			Total
Em 31 de dezembro de 2017	88.057	42.409	130.466
Ingressos	382.736	-	382.736
Encargos Provisionados	24.081	-	24.081
Transferências	14.642	(14.642)	-
Amortizações de Principal	(139.926)	-	(139.926)
Pagamentos de Encargos	(22.096)	-	(22.096)
Em 30 de setembro de 2018	347.494	27.767	375.261

24. DEBÊNTURES

24.1. 1ª Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30.000 (trinta mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As duas primeiras parcelas de amortização no valor de R\$200 milhões foram pagas em seus respectivos vencimentos e, até 30 de setembro de 2018, foram pagos R\$174,2 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 30 de setembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

24.2. 3ª Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

24.3. 1ª Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures são nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 01 de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento das debêntures da Celesc G de 03 de março de 2018 para 01 de junho de 2018.



Os juros remuneratórios para o período de 03 de março de 2018 (inclusive) até a nova data de vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa ("Spread") de 2,5% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. Adicionalmente, a Emissora pagou aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

Os juros pagos totalizaram R\$44,4 milhões, sendo R\$6,3 milhões no primeiro semestre de 2018.

24.4. 2ª Debêntures – Celesc G

A Celesc G emitiu no dia 1º de junho de 2018 a 2ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações; com valor total de emissão de R\$150 milhões, em série única; emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$10 mil, sendo que o valor nominal unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e garantia fidejussória é fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 01 de junho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 2,50% ao ano, até a data do efetivo pagamento. A amortização será a partir do 12º mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas.

Semestralmente, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida.

a) Movimentação das Debêntures:

Descrição	Consolidado
	Total
Em 31 de dezembro de 2017	352.216
Ingressos	394.742
Atualização Monetária	21.306
Pagamentos Encargos	(17.495)
Pagamento Principal	(249.990)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	357
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	574
Em 30 de setembro de 2018	501.710
Circulante	123.277
Não Circulante	378.433

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Ano 2018:		
1T/2018	-	362
2T/2018	-	91
3T/2018	-	91
4T/2018	356	91
Ano 2019:		
1T/2019	353	91
2T/2019	311	46
3T/2019	264	-
4T/2019	264	-
Ano 2020 a 2023:		
1T/2020 a 2T/2023	3.651	-
Total	5.199	772

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	31 de dezembro 2017	Pagamentos	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Controladora	
				Variações não caixa	30 de setembro 2018
Dividendos e JCP (i)	16.301	(7.656)	(7.656)	1.248	9.893
Total	16.301	(7.656)	(7.656)	1.248	9.893

Descrição	31 de dezembro 2017	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações no Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Variações não caixa (i)	Consolidado	
							30 de setembro 2018	
Empréstimos e Financiamentos	130.466	382.736	(139.926)	242.810	(22.096)	24.081	375.261	
Debêntures	352.216	394.742	(249.990)	144.752	(17.495)	22.237	501.710	
Dividendos e JCP	16.301	-	(7.656)	(7.656)	-	1.248	9.893	
Total	498.983	777.478	(397.572)	379.906	(39.591)	47.566	886.864	

(i) Dividendos adicionais, transferidos para o passivo, no valor de R\$3.158, compensação de dividendos com o Governo do Estado de Santa Catarina no valor de R\$1.806 e dividendos prescritos no valor de R\$105.

(ii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$24.081. As Debêntures totalizaram R\$21.306. Foram provisionados ainda R\$931 deste, referentes às custas com debêntures incorridas no terceiro trimestre de 2018.

(iii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	30 de setembro 2018	Controladora
		31 de dezembro 2017
Circulante	790	1.051
Provisão de Férias e Encargos Sociais	485	674
Folha de pagamento Líquida	305	377
Total	790	1.051

Descrição	30 de setembro 2018	Consolidado
		31 de dezembro 2017
Circulante	200.626	200.623
Provisão de Férias e Encargos Sociais	138.509	125.195
PDV 2012 (a)	-	11.713
PDI (b)	40.637	44.172
Consignações em Favor de Terceiros	4.592	10.207
Provisão PLR	16.332	8.611
Folha de pagamento Líquida	556	725
Não Circulante	22.425	41.060
PDI (b)	22.425	41.060
Total	223.051	241.683

a) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários. Em 30 de junho de 2018 a Celesc D quitou os débitos com os 753 beneficiários.

b) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual). Custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 conta com 653 empregados inscritos e com projeção de saída de 30% a 40% destes empregados até abril de 2019. Foi aprovada a execução orçamentária do PDI 2018 no montante de até R\$68,7 milhões, sendo realizados nos meses de agosto e setembro 30 desligamentos com custo de cerca de R\$9,5 milhões.



Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Programa de Eficiência Energética – PEE	189.646	160.699
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.465	19.498
Encargo Conta Bandeiras	56.154	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	101.919	90.615
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.189.392	2.562.138
Uso do Bem Público	-	174
Outros (ii)	1.101	1.101
Total	2.557.677	2.834.225
Circulante	2.427.710	2.677.615
Não Circulante	129.967	156.610

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias no 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, nº 2.231 de 25 de abril de 2017 e nº 2.368 de 09 de fevereiro de 2018, homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

	CDE Energia (CONTA-ACR)	CDE USO	CDE ENERGIA
De abril de 2017 a março de 2018	26.541	-	-
De abril de 2018 a março de 2020	34.561	-	-
De janeiro de 2018	-	43.557	-
De fevereiro de 2018 - 1ª Parcela	-	60.233	-
De fevereiro de 2018 - 2ª Parcela	-	33.819	-
De março a dezembro de 2018	-	60.233	-
De agosto de 2017 a julho de 2018	-	-	22.489

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R\$1.164.387. Em 30 de setembro de 2018 esse saldo passou a ser de R\$635.552.

Os Ativos e Passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	30 de setembro de 2018
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673
CDE a pagar	(2.131.905)
Total	(635.552)



A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e uma despesa financeira de R\$179.481, resultando um valor líquido negativo de R\$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608 e no 3º Trimestre 2018 foi de R\$37.779.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes, Até 30 de setembro de 2018 a Celesc D pagou R\$610.174, sendo R\$583.160 de principal e R\$27.014 de juros.

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	2.137	1.619	41	41
Cíveis	5.954	5.705	148	21
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	18.390	17.623	6.626	6.499

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Contingências:				
Tributárias (i)	3.745	3.745	66.715	59.791
Trabalhistas (ii)	53.396	49.111	66.157	64.095
Cíveis (iii)	82.445	59.326	160.022	134.191
Regulatórias (iv)	49.248	49.248	363.291	358.700
Ambientais (v)	-	-	2.050	2.157
	188.834	161.430	658.235	618.934

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2017	17.623	6.499	161.430	618.934
Constituição	1.045	127	81.339	54.981
Atualização Financeira	-	-	-	11.373
Baixas	(278)	-	(53.935)	(27.053)
Em 30 de setembro de 2018	18.390	6.626	188.834	658.235

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões

Notas Explicativas**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela empresa.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho no 2.078/2016 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6a Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

v) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

b) Contingências Possíveis

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Tributárias (i)	4.361	4.361
Trabalhistas (ii)	13.873	34.269
Cíveis (iii)	136.404	121.441
Regulatórias (iv)	144.038	110.301
Ambientais (v)	47.247	47.359
	345.923	317.731



A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	1.114.215	1.179.848
Plano Misto/Transitório (a)	1.114.215	1.179.848
Outros Benefícios a Empregados	688.005	698.130
Plano Celos Saúde (b)	641.361	652.231
Outros Benefícios (c)	46.644	45.899
Total	1.802.220	1.877.978
Circulante	140.175	139.305
Não Circulante	1.662.045	1.738.673



A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.711.178	743.566	656.189	8.508	39.836
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	5.704	-	(45.933)	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	189.060	79.955	70.672	1.931	4.599
Benefícios Pagos no ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)	(3.338)
Contribuições de Participante Vertida no ano	51.972	21.957	30.765	-	-
Obrigações Ganho/Perda	51.617	22.565	56.746	(1.489)	4.772
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869

b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016	408.843	461.464	582.150	(40)	39.836
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869
Benefícios Concedidos	1.668.910	775.955	583.440	235	45.412
Benefícios a Conceder	202.064	-	116.671	8.480	457
Valor Justo dos Ativos	(1.186.999)	(280.082)	(47.880)	(8.685)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2017	683.975	495.873	652.231	30	45.869

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2016	1.302.335	282.102	74.039	8.548
Benefícios Pagos no Ano	(138.557)	(92.088)	(68.328)	(235)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	51.972	21.957	30.765	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	43.425	22.669	41.749	-
Juros sobre Ativo	145.537	30.620	7.980	968
Ganho/Perda sobre os Ativos	(217.713)	14.822	(38.325)	(596)
Em 31 de dezembro de 2017	1.186.999	280.082	47.880	8.685

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Plano Transitório	18.933	24.133
Plano Misto	3.612	26.106
PDVI 2012	-	2.714
Plano Médico	27.011	29.200
Outros	4.093	4.172
	53.649	86.325
Despesa Pessoal	19.384	54.965
Despesa Financeira	34.265	31.360
	53.649	86.325

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2017
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 10,02% Plano Misto: 9,97% Plano Médico: 10,13%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório: 10,02% Plano Misto: 9,97% Plano Médico: 10,13%
Taxa nominal de Crescimento Salarial	7,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária (<i>aging factor</i>)	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2017
Mortalidade Geral	AT-2000 Male
Mortalidade de Inválidos	AT- 1983 Male
Entrada em Invalidez	Light Média

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2018

A estimativa da despesa para o exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2018
Plano Transitório	25.244
Plano Misto	4.817
Plano Pecúlio	862
Plano Médico	36.015
Outros Benefícios	4.595
Total	71.533

h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Total
Em 31 dezembro de 2017	1.179.848	652.231	45.841	1.877.920
Pagamento	(88.178)	(37.881)	(3.356)	(129.415)
Provisão	22.545	27.011	4.093	53.649
Em 30 de setembro de 2018	1.114.215	641.361	46.578	1.802.154

28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:



Plano Misto: do montante total de R\$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumpra salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$688.891 em 30 de setembro de 2018 e R\$687.109 em 31 de dezembro de 2017, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Custo Atribuído – Celesc G	15.847	17.629
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(704.738)	(704.738)
Total	(688.891)	(687.109)

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do Lucro por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2018 e de 2017 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.



Em 30 de setembro de 2018 e de 2017, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de setembro de 2018 e de 2017 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Controladora	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Média Ponderada de Ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	3,4302	1,5055
Ações Preferenciais Nominativas – PN	3,7732	1,6561
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	69.246	23.377
Ações Preferenciais Nominativas – PN	113.048	38.163
	182.294	61.540

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2018, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2018	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2018 à 14.05.2019	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 30 de setembro de 2018 e 2017, são as seguintes:

30 de setembro de 2018					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.851.375	125.007	(3.667)	5.972.715
Custo das Vendas	-	(5.255.133)	(35.033)	3.667	(5.286.499)
Resultado Operacional Bruto	-	596.242	89.974	-	686.216
Despesas com Vendas	-	(159.991)	(12.768)	-	(172.759)
Despesas Gerais e Administrativas	(19.805)	(193.580)	(8.579)	-	(221.964)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.605)	48.057	(106)	-	46.346
Resultado de Equivalência Patrimonial	202.821	-	558	(191.512)	11.867
Resultado das Atividades	181.411	290.728	69.079	(191.512)	349.706
Receitas Financeiras	1.007	178.864	6.305	(3.667)	182.509
Despesas Financeiras	(124)	(218.745)	(10.694)	3.667	(225.896)
Resultado Financeiro, líquido	883	(39.881)	(4.389)	-	(43.387)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	182.294	250.847	64.690	(191.512)	306.319
IRPJ e CSLL	-	(102.323)	(21.702)	-	(124.025)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	182.294	148.524	42.988	(191.512)	182.294
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.029.199	8.380.858	663.532		
Total dos Passivos	18.797	7.190.492	196.991		

30 de setembro de 2017 (Reapresentado)					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.001.057	113.607	(3.922)	5.110.742
Custo das Vendas	-	(4.410.636)	(31.716)	3.922	(4.438.430)
Resultado Operacional Bruto	-	590.421	81.891	-	672.312
Despesas com Vendas	-	(169.354)	(11.084)	-	(180.438)
Despesas Gerais e Administrativas	(22.539)	(230.845)	(11.588)	-	(264.972)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(3.570)	41.146	(168)	-	37.408
Resultado de Equivalência Patrimonial	85.132	-	(1.645)	(75.982)	7.505
Resultado das Atividades	59.023	231.368	57.406	(75.982)	271.815
Receitas Financeiras	2.566	225.448	8.716	(4.248)	232.482
Despesas Financeiras	(49)	(367.530)	(16.244)	4.248	(379.575)
Resultado Financeiro, líquido	2.517	(142.082)	(7.528)	-	(147.093)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	61.540	89.286	49.878	(75.982)	124.722
IRPJ e CSLL	-	(45.662)	(17.520)	-	(63.182)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	61.540	43.624	32.358	(75.982)	61.540
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.148.884	8.199.244	611.745		
Total dos Passivos	11.501	6.843.824	190.839		



31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.043.194	4.507.337
Suprimento de Energia Elétrica (a)	294.385	239.778
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	2.322.557	2.108.502
Atualização VNR	3.013	1.401
Receita de Financeira (a)	32.316	30.189
Renda de Prestação de Serviços	1.939	1.834
Energia Elétrica de Curto Prazo	394.883	369.395
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	568.613	283.134
Outras Receitas Operacionais	11.559	9.963
Doações e Subvenções (ii)	601.317	439.839
Receita de Construção	307.959	302.141
	9.581.735	8.293.513
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.555.331)	(1.398.531)
PIS	(152.013)	(128.729)
COFINS	(700.183)	(592.937)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.081.645)	(853.189)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(28.459)	(24.136)
Programa Eficiência Energética – PEE	(27.750)	(23.546)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.233)	(5.162)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(625)	(661)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(57.781)	(155.880)
	(3.609.020)	(3.182.771)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.972.715	5.110.742

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no terceiro trimestre de 2018 foi de R\$527.679. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$12.667 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$60.971.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro	30 de setembro
	2018	2017	2018	2017	2018	2017 (Reapresentado)
Residencial	2.316.851	2.253.348	4.314.636	4.242.063	2.704.863	2.420.369
Industrial	106.461	103.117	7.657.885	7.481.940	1.436.669	1.305.004
Comercial	268.797	260.242	3.089.486	3.017.434	1.660.035	1.505.174
Rural	234.580	234.539	1.102.829	1.072.189	446.522	394.163
Poder Público	23.069	22.578	329.829	325.368	212.649	187.489
Iluminação Pública	786	717	487.962	474.753	193.043	168.722
Serviço Público	3.366	3.160	270.555	263.404	146.265	128.252
Reclassificação da Receita de Disponibilidade da Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.756.852)	(1.601.836)
Total do Fornecimento	2.953.910	2.877.701	17.253.182	16.877.151	5.043.194	4.507.337
Suprimento de Energia	93	101	1.769.673	1.669.410	294.385	239.778
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	32.316	30.189
Total	2.954.003	2.877.802	19.022.855	18.546.561	5.369.895	4.777.304

Informações não revisadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de setembro de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.671.553	-	-	-	3.671.553
Encargos de uso da rede elétrica	709.937	-	-	-	709.937
Proinfa	118.580	-	-	-	118.580
Pessoal (b)	251.786	106.677	43.980	8.215	410.658
Administradores	-	6.399	-	-	6.399
Despesa Atuarial	-	19.384	-	-	19.384
Entidade de Previdência Privada (b)	13.925	5.142	2.093	-	21.160
Material	6265	4258	-	-	10.523
Custo de Construção	307.959	-	-	-	307.959
Custos e Serviços de Terceiros	59.058	54.770	39.650	537	154.015
Depreciação e Amortização	141.597	17.573	-	1.478	160.648
Provisões Líquidas	-	-	39.721	27.928	67.649
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	130	130
Arrendamentos e Aluguéis	1.536	12.417	492	(85.458)	(71.013)
Outros Custos e Despesas (c)	4.303	(4.656)	46.823	824	47.294
	5.286.499	221.964	172.759	(46.346)	5.634.876

Descrição	30 de setembro de 2017 (Reapresentado)				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.184.281	-	-	-	3.184.281
Encargos de uso da rede elétrica	365.682	-	-	-	365.682
Proinfa	110.133	-	-	-	110.133
Pessoal (b)	256.889	114.579	46.338	3.271	421.077
Administradores	-	6.605	-	-	6.605
Despesa Atuarial	-	54.966	-	-	54.966
Entidade de Previdência Privada (b)	13.373	4.819	2.157	-	20.349
Material	5.902	5.930	-	-	11.832
Custo de Construção	302.141	-	-	-	302.141
Custos e Serviços de Terceiros	53.336	45.852	36.485	365	136.038
Depreciação e Amortização	141.879	19.797	-	1.478	163.154
Provisões Líquidas	-	-	60.824	42.470	103.294
Arrendamentos e Aluguéis	1.646	15.437	432	(66.828)	(49.313)
Outros Custos e Despesas	3.168	(3.013)	34.202	(18.164)	16.193
	4.438.430	264.972	180.438	(37.408)	4.846.432

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de setembro 2018	GWh (i)	30 de setembro 2017	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A	10.117	50	11.714	50
Aliança Geração de Energia S.A.	37.948	204	25.101	144
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	601.089	2.822	506.612	2.777
Tractebel Energia S.A.	209.233	958	208.172	987
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	30.791	207	35.980	207
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	297.768	1.362	283.051	1.362
Companhia Energética de Petrolina – CEP	51.540	150	23.959	150
Serra do Facão Energia S.A.	14.758	69	14.812	71
Furnas Centrais Elétricas S.A.	87.092	764	89.083	810
Cemig Geração e Transmissão S.A.	118.372	673	120.879	897
Companhia Energética Potiguar	15.149	100	-	-
Companhia Hidreletrica Teles Pires	9.146	112	9.995	127
Companhia Energética de São Paulo – CESP	44.468	211	44.100	218
UHE São Simão Energia S.A.	35.175	127	-	-
Energética Suape II S.A.	46.749	152	51.023	152
Eletrobras Termonuclear S.A.	119.045	527	109.095	527
Porto do Pecem Geração de Energia	101.095	353	82.697	353
Lages Bioenergética Ltda.	-	-	12.541	48
Foz do Chapecó Energia AS	31.925	148	31.461	150
Companhia Energética Estreito	30.030	145	30.111	149
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	36.487	181	33.938	181
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	7.931	37	7.839	38
Candeias Energia S.A.	-	-	8.357	24
Usina Xavantes S.A.	-	-	6.422	28
Companhia Energética Jaguará	-	-	-	-
Linhares Geração S.A.	9.647	25	10.909	25
Enguia GenBaLtda - Jaguari	-	-	6.744	91
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	15.863	55	11.506	28
Rio PCHI S.A.	8.375	39	8.278	40
Rio Paraná Energia S.A	56.314	360	46.453	338
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	7.916	37	7.555	38
Empresa Energética Porto das Pedras	-	-	7.884	38
Companhia Energética Jaguará	7.665	47	-	-
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	7.528	37	-	-
ECE Participacoes SA	6.782	33	-	-
ENEL Green Power Mourão SA	6.610	56	-	-
Santa Fé Energia SA	6.197	46	6.133	29
SJC Bionergia Ltda	6.040	28	6.427	27
Energest SA	5.920	29	-	-
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	10.579	73	13.614	111
Norte Energia S/A	100.645	924	63.862	776
Cia Hidro Elétrica do Sao Francisco – Chesf	38.070	1.003	28.689	987
Santo Antônio Energia S.A.	65.200	507	111.654	897
Outros	138.225	1.461	140.835	1.016
	2.433.484	14.110	2.217.485	13.891
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	1.238.069	(554)	957.530	(403)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	709.937	-	365.682	-
Proinfa	118.580	275	110.133	284
	2.066.586	(279)	1.433.345	(119)
	4.500.000	(32)	3.650.830	13.772

(i) Informações não revisadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Pessoal				
Remunerações	9.594	12.374	214.084	227.406
Encargos Sociais	210	206	80.293	65.227
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	24.608	25.749
Benefícios Assistenciais	-	-	28.530	28.018
Provisões e Indenizações	63	30	63.073	74.413
Outros	45	49	70	264
Entidade de Previdência Privada				
	12	-	21.160	20.349
	9.924	12.659	431.818	441.426

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. – Eletrosul devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.319, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Atualmente seguem tratativas a pedido da Eletrosul para o parcelamento do crédito.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	972	1.070	12.922	72.314
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	68.254	83.480
Variações Monetárias	-	-	16.994	13.589
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	87.173	42.656
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	1.200
Deságio Fornecedor	-	-	95	243
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	1.809	12.197
Atualização CDE	-	-	-	9.433
Renda de Dividendos	3	1.327	3	1.327
Outras Receitas Financeiras	87	229	4.334	7.522
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(55)	(60)	(9.075)	(11.479)
	1.007	2.566	182.509	232.482
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(26.169)	(20.247)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(34.265)	(31.360)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(3.779)	(605)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(29.013)	(6.615)
Variações Monetárias	(3)	-	(770)	(423)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(11.947)	(18.747)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(48.562)	(42.275)
Atualização CDE	-	-	(37.779)	(203.413)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(22.237)	(35.945)
Outras Despesas Financeiras	(121)	(49)	(11.375)	(19.945)
	(124)	(49)	(225.896)	(379.575)
Resultado Financeiro	883	2.517	(43.387)	(147.093)

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D**32.1. Balanço Patrimonial**

Ativo	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	3.852.405	3.712.219
Caixa e Equivalentes de Caixa	253.139	462.466
Contas a Receber de Clientes	1.416.655	1.381.421
Estoques	9.255	9.549
Tributos a Recuperar	126.628	73.310
Ativo Financeiro – Parcela A	293.096	-
Outros	1.753.632	1.785.473
Não Circulante	4.731.466	4.401.945
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Contas a Receber de Clientes	49.708	35.380
Tributos Diferidos	633.514	641.806
Tributos a Recuperar	29.796	18.217
Depósitos Judiciais	170.090	143.465
Ativo Financeiro Indenizatório – Concessão	379.491	394.934
Ativo Financeiro – Parcela A	203.013	-
Outros	2.089	3.524
INTANGÍVEL	3.263.766	3.164.619
Total do Ativo	8.583.871	8.114.164

Notas Explicativas



Celesc

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Passivo	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	4.652.740	4.349.039
Fornecedores	990.004	828.637
Empréstimos e Financiamentos	347.494	88.057
Debêntures	105.137	101.648
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	199.902	199.630
Tributos a Recolher	291.063	189.463
Dividendos Propostos	3.959	7.919
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	90.465	45.454
Taxas Regulamentares	2.427.481	2.677.229
Partes Relacionadas	9.866	19.732
Passivo Atuarial	140.109	139.247
Passivo Financeiro – Parcela A	-	4.638
Outros	47.260	47.385
Não Circulante	2.740.765	2.712.206
Empréstimos e Financiamentos	27.767	42.409
Debêntures	247.877	99.883
Taxas Regulamentares	127.555	154.583
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	22.425	41.060
Passivo Atuarial	1.662.045	1.738.673
Provisão para Contingências	650.620	611.433
Passivo Financeiro – Parcela A	-	21.689
Outros	2.476	2.476
Patrimônio Líquido	1.190.366	1.052.919
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	841.514	704.067
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(704.738)	(704.738)
Total do Passivo	8.583.871	8.114.164

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos tem a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante da situação conjuntural desfavorável por que vem passando o setor de distribuição de energia elétrica, bem como, a utilização como empréstimo ponte até a liberação dos recursos do BID no Programa de Infraestrutura Energética da Celesc D.

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2018	30 de Setembro 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.851.375	5.001.057
Receita de Serviço de Energia Elétrica	5.543.416	4.698.916
Receita de Construção	307.959	302.141
Custos Operacionais	(5.255.133)	(4.410.636)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(4.947.174)	(4.108.495)
Custo de Construção	(307.959)	(302.141)
Resultado Operacional Bruto	596.242	590.421
Despesas Operacionais	(305.514)	(359.053)
Despesas com Vendas	(159.991)	(169.354)
Despesas Gerais e Administrativas	(193.580)	(230.845)
Outras Despesas Operacionais	48.057	41.146
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	290.728	231.368
Resultado Financeiro	(39.881)	(142.082)
Receitas Financeiras	178.864	225.448
Despesas Financeiras	(218.745)	(367.530)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	250.847	89.286
IRPJ e CSLL	(102.323)	(45.662)
Diferido	(13.999)	(37.447)
Corrente	(88.324)	(8.215)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	148.524	43.624

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.014.977	4.481.835
Suprimento de Energia Elétrica (a)	218.903	172.533
Ativos e Passivos Financeiros	568.613	283.134
Disponibilização da Rede Elétrica	2.324.310	2.110.215
Energia de Curto Prazo	394.884	369.395
Doações e Subvenções	601.317	439.839
Receita de Construção	307.959	302.141
Atualização Ativo Financeiro – VNR	3.013	1.401
Outras Receitas Operacionais	13.498	11.797
	9.447.474	8.172.290
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.555.331)	(1.398.531)
PIS	(149.982)	(126.939)
COFINS	(690.827)	(584.689)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(1.081.645)	(853.189)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(27.750)	(23.546)
Programa Eficiência Energética – PEE	(27.750)	(23.546)
Taxa de Fiscalização	(5.033)	(4.913)
Outros Encargos	(57.781)	(155.880)
	(3.596.099)	(3.171.233)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.851.375	5.001.057



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Residencial	2.316.851	2.253.348	4.314.636	4.242.063	2.704.863	2.420.369
Industrial	106.452	103.104	7.551.303	7.356.191	1.414.488	1.281.269
Comercial	268.796	260.241	3.048.690	3.005.290	1.654.000	1.503.407
Rural	234.580	234.539	1.102.829	1.072.189	446.522	394.163
Poder Público	23.069	22.578	329.829	325.368	212.649	187.489
Iluminação Pública	786	717	487.962	474.753	193.043	168.722
Serviço Público	3.366	3.160	270.555	263.404	146.265	128.252
Reclassificação da Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica - Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.756.852)	(1.601.836)
Total do Fornecimento	2.953.900	2.877.687	17.105.804	16.739.258	5.014.978	4.481.835
Suprimento de Energia	47	49	1.375.302	1.340.455	218.903	172.533
Total	2.953.947	2.877.736	18.481.106	18.079.713	5.233.881	4.654.368

(i) Informações não revisadas

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.478.787	-	-	-	4.478.787
Pessoal	249.362	90.884	43.551	8.215	392.012
Despesa Atuarial	-	19.384	-	-	19.384
Entidade Previdência Privada	13.925	5.130	2.093	-	21.148
Material	5.985	4.214	-	-	10.199
Custo de Construção	307.959	-	-	-	307.959
Custos e Serviços de Terceiros	54.931	50.400	39.243	537	145.111
Depreciação e Amortização	138.063	16.872	-	-	154.935
Provisões Líquidas	-	-	27.838	27.814	55.652
Outros Custos e Despesas	6.121	6.696	47.266	(84.623)	(24.540)
	5.255.133	193.580	159.991	(48.057)	5.560.647

Descrição	30 de setembro de 2017 (Reapresentado)				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.650.830	-	-	-	3.650.830
Pessoal	252.790	93.380	46.131	3.271	395.572
Despesa Atuarial	-	54.966	-	-	54.966
Entidade Previdência Privada	13.373	4.819	2.157	-	20.349
Material	5.790	5.893	-	-	11.683
Custo de Construção	302.141	-	-	-	302.141
Custos e Serviços de Terceiros	49.616	42.130	36.109	365	128.220
Depreciação e Amortização	130.949	18.719	-	-	149.668
Provisões Líquidas	-	-	50.379	40.315	90.694
Outros Custos e Despesas	5.147	10.938	34.578	(85.097)	(34.434)
	4.410.636	230.845	169.354	(41.146)	4.769.689

Notas Explicativas

**Celesc**

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G**33.1. Balanço Patrimonial**

Ativo	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	102.808	126.612
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.592	77.080
Contas a Receber de Clientes	23.081	18.358
Estoques	140	183
Tributos a Recuperar	8.479	466
Ativo Financeiro	31.300	30.277
Outros	216	248
Não Circulante	560.724	497.993
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Tributos a Recuperar	1.575	1.223
Depósitos Judiciais	354	342
Partes Relacionadas	90.953	45.942
Ativo Financeiro	248.971	241.886
Outros	2.421	2.421
INVESTIMENTOS	59.974	51.058
IMOBILIZADO	153.486	151.631
INTANGÍVEL	2.990	3.490
Total do Ativo	663.532	624.605

Passivo	30 de setembro 2018	31 de dezembro 2017
Circulante	52.893	186.083
Fornecedores	2.834	2.931
Debêntures	18.140	150.685
Tributos a Recolher	23.770	19.283
Taxas Regulamentares	229	386
Partes Relacionadas	872	1.103
Dividendos Propostos	6.977	11.628
Outros	71	67
Não Circulante	144.098	12.642
Tributos Diferidos	10.141	9.613
Debêntures	130.556	-
Provisão para Contingências	989	1.002
Taxas Regulamentares	2.412	2.027
Patrimônio Líquido	466.541	425.880
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	155.925	158.251
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.847	17.629
Lucros (Prejuízos) Acumulados	44.769	-
Total do Passivo	663.532	624.605

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Receita Operacional Líquida – ROL	125.007	113.607
Receitas de Vendas e Serviços	125.007	113.607
Custos Operacionais	(35.033)	(31.716)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(35.033)	(31.716)
Resultado Operacional Bruto	89.974	81.891
Despesas Operacionais	(20.895)	(24.485)
Despesas com Vendas	(12.769)	(11.084)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.579)	(11.588)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(105)	(168)
Resultado da Equivalência Patrimonial	558	(1.645)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	69.079	57.406
Resultado Financeiro	(4.389)	(7.528)
Receitas Financeiras	6.305	8.716
Despesas Financeiras	(10.694)	(16.244)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	64.690	49.878
IRPJ e CSLL	(21.702)	(17.520)
Corrente	(21.174)	(18.971)
Diferido	(528)	1.451
Lucro (Prejuízo) do Exercício	42.988	32.358

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Receita Operacional Bruta – ROB (i)		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	22.181	25.502
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	6.035	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	58.760	49.682
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	18.636	19.772
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	32.316	30.189
	137.928	125.145
Deduções da Receita Operacional		
PIS	(2.031)	(1.790)
COFINS	(9.356)	(8.248)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(200)	(249)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(625)	(590)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(709)	(661)
	(12.921)	(11.538)
Receita Operacional Líquida – ROL	125.007	113.607

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG (R\$)	Receita Mensal (R\$)
		Ciclo 2018/2019	Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453	788
Garcia	Celesc G	9.758	813
Bracinho	Celesc G	12.667	1.056
Cedros	Celesc G	9.267	772
Palmeiras	Celesc G	19.355	1.613
Salto	Celesc G	6.585	549

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017	30 de setembro 2018	30 de setembro 2017
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	9	13	106.582	125.749	22.181	25.502
Comercial, Serviços e Outros	1	1	40.796	12.144	6.035	-
Suprimento de Energia	46	52	376.575	312.983	58.760	49.682
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	17.795	15.972	18.636	19.772
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	32.316	30.189
Total	56	66	541.749	466.848	137.928	125.145

(i) Informações não revisadas.

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro de 2018				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	23.197	-	-	-	23.197
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.753	-	-	-	1.753
Pessoal	2.424	5.881	429	-	8.734
Material	280	44	-	-	324
Custos e Serviços de Terceiros	4.127	1.532	407	-	6.066
Depreciação e Amortização	3.534	698	-	-	4.232
Seguros	213	1	-	-	214
Provisões Líquidas	-	-	11.884	(13)	11.871
Tributos	(259)	189	49	-	(21)
Aluguéis	-	223	-	-	223
Doações	-	-	-	130	130
Outros Custos e Despesas	(236)	11	-	(11)	237
	35.033	8.579	12.769	105	56.486

Descrição	30 de setembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	11.475	-	-	-	11.475
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.713	-	-	-	1.713
Pessoal	4.099	8.540	207	-	12.846
Material	112	37	-	-	149
Custos e Serviços de Terceiros	3.720	1.324	376	-	5.420
Depreciação e Amortização	10.930	1.074	-	-	12.004
Seguros	225	151	-	-	376
Provisões Líquidas	-	-	10.445	63	10.508
Tributos	(224)	153	56	-	(15)
Aluguéis	-	217	-	-	217
Outros Custos e Despesas	(334)	92	-	105	(137)
	31.716	11.588	11.084	168	54.556

34. EVENTOS SUBSEQUENTES

34.1. Contratação de Operação de Capital de Giro

A Celesc D realizou um processo, via Chamada Pública, de Captação de Recursos no montante de até R\$300 milhões, o referido processo está em fase de finalização das operações e de assinatura do contrato.

O primeiro colocado, Banco Safra, apresentou uma proposta com o montante de R\$200 milhões, com prazo de 36 meses, sendo 18 destes de carência. A taxa de juros em CDI + 1,30% a.a., sem carência, com pagamentos mensais. A garantia da operação será de fluxo de recebíveis e aval da Celesc *Holding*.

Complementarmente, o segundo colocado, Banco do Brasil, ofertou o montante de R\$100 milhões, com prazo de 24 meses, sendo 12 destes de carência. A taxa de juros em CDI + 1,25% a.a., sem carência, com pagamentos trimestrais. A garantia da operação será de fluxo de recebíveis. Ambas as operações apresentaram a mesma taxa de Custo Efetivo Total – CET, critério exigido no Edital de Chamada Pública.

34.2. Contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal do Brasil – CAE, por meio da Mensagem (SF) no 80, de 04 de setembro de 2018, autorizou a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até US\$276 milhões, entre a Celesc D e o BID, cujos recursos destinam-se a financiar o Programa de Investimento em Infraestrutura Energética.

O referido contrato foi assinado em Brasília no dia 31 de outubro. A negociação oferece 25 anos para o pagamento, sendo 5,5 de carência, além de juros na ordem de 4% ao ano, baseada na Libor e é financiado por meio do Capital Ordinário do BID.

O objetivo principal do Programa é contribuir para o crescimento econômico do estado de Santa Catarina. O montante irá custear 60% das obras para a construção e melhoria do sistema elétrico catarinense entre 2018-2022, o que representará um ganho operacional de 20% no estado. O valor será aplicado na construção de 20 novas subestações e na ampliação de 31 existentes; assim como na instalação de 342 km de novas linhas de distribuição e na aquisição de equipamentos, materiais e recursos para áreas de automação e TI.

34.3. Aquisição de Ações Preferenciais da Celesc pela Energias do Brasil S.A. – EDP

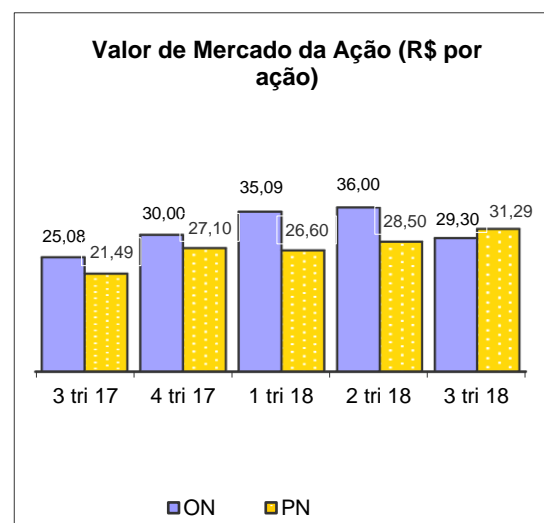
Em 06 de novembro de 2018, a EDP adquiriu ações preferenciais adicionais de emissão da Celesc. Foram adquiridas, ao todo, 1.518.000 ações preferencias pelo preço médio de R\$41,93 (quarenta e um reais e noventa e três centavos) cada, totalizando o valor de R\$63.653.498 (sessenta e três milhões, seiscentos e cinquenta e três mil e quatrocentos e noventa e oito reais). Dessa forma, a EDP passou a deter 3.945.820 ações preferenciais, acrescidas a 5.140.868 ações ordinárias, que somadas representam 23,56% do capital social da Celesc.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

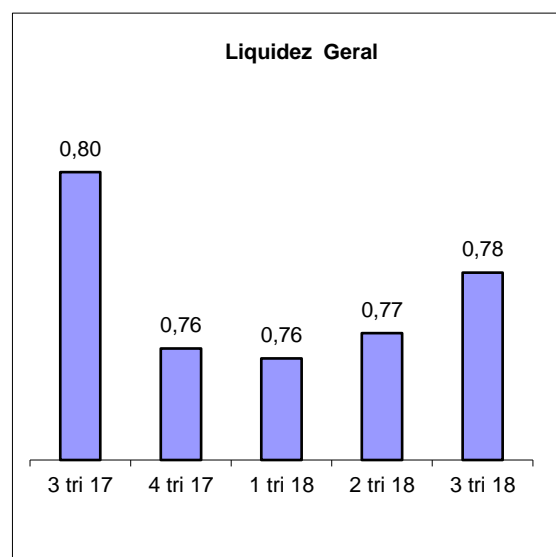
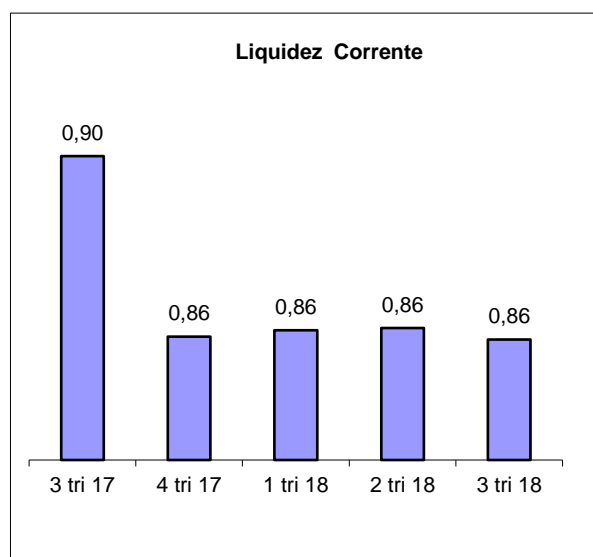


1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

1.1. Patrimoniais



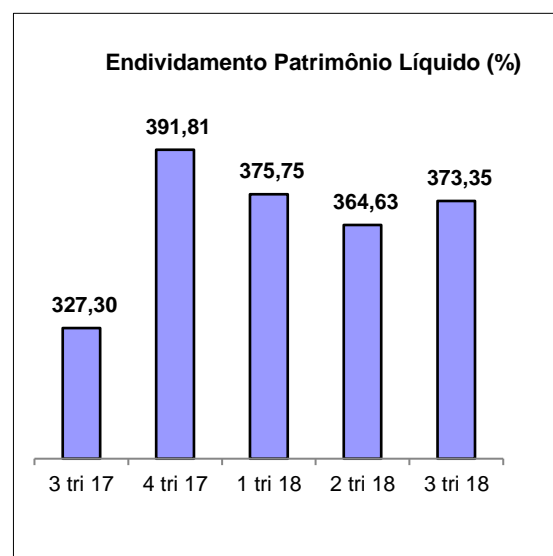
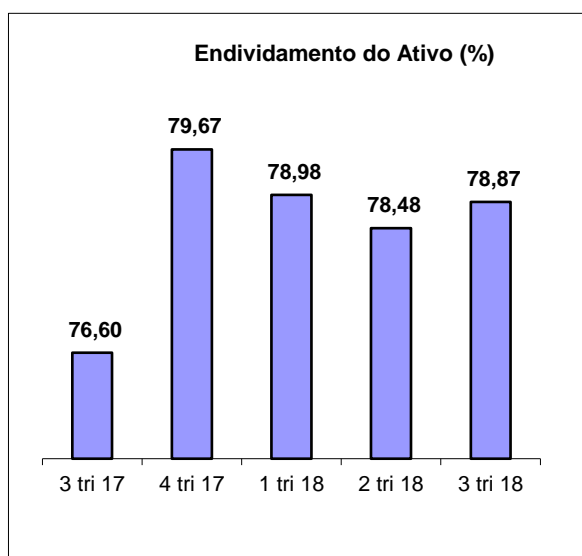
1.2. Liquidez



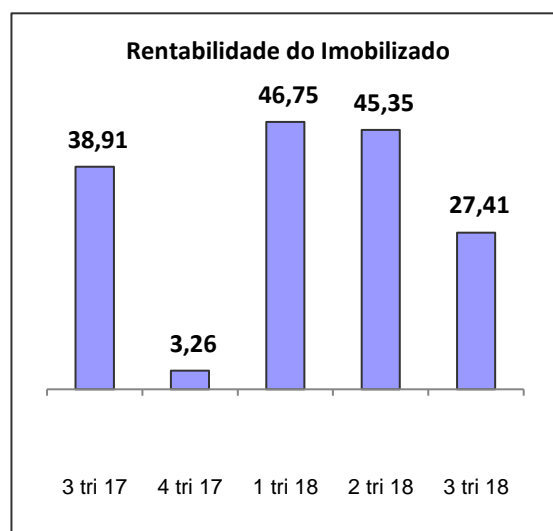
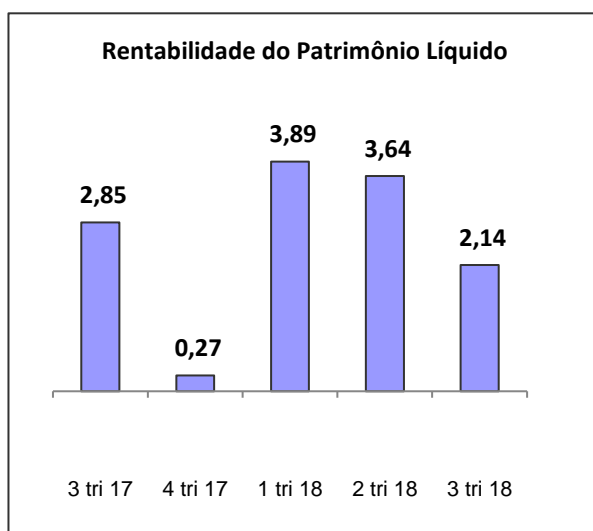
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



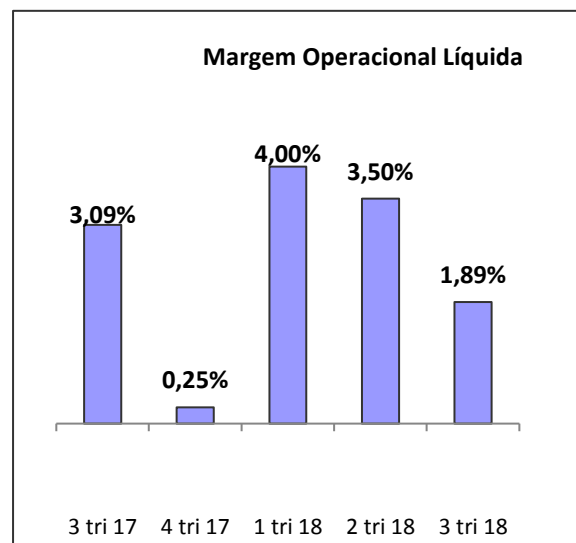
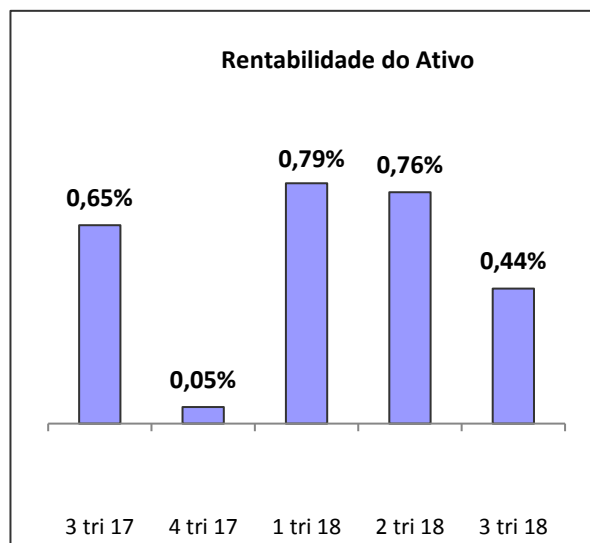
1.3. Endividamento



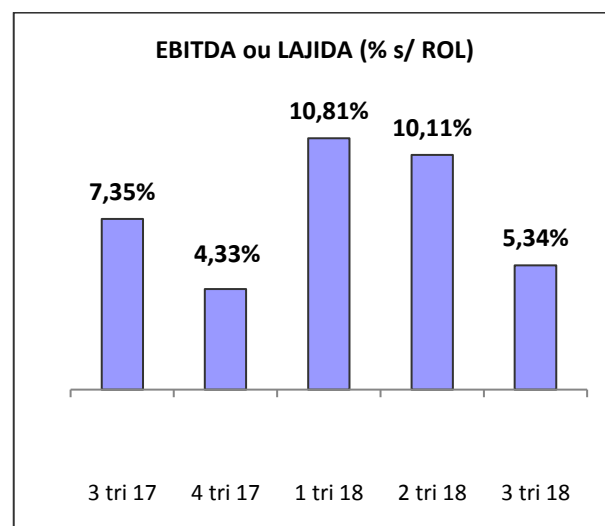
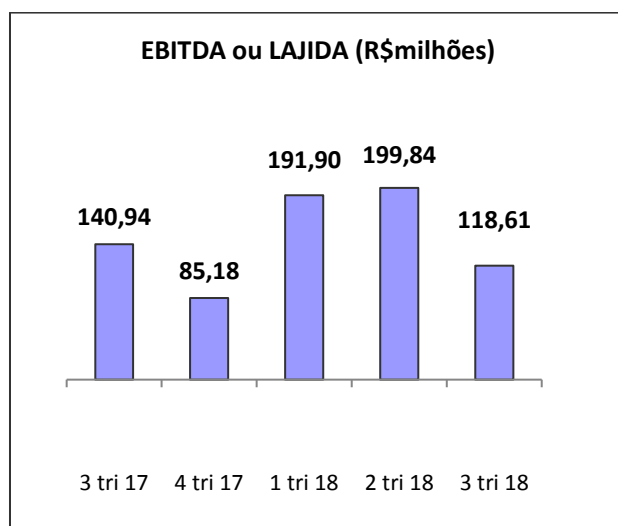
1.4. Rentabilidade



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



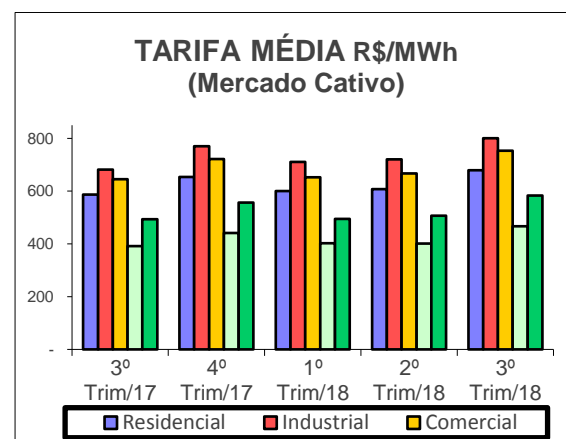
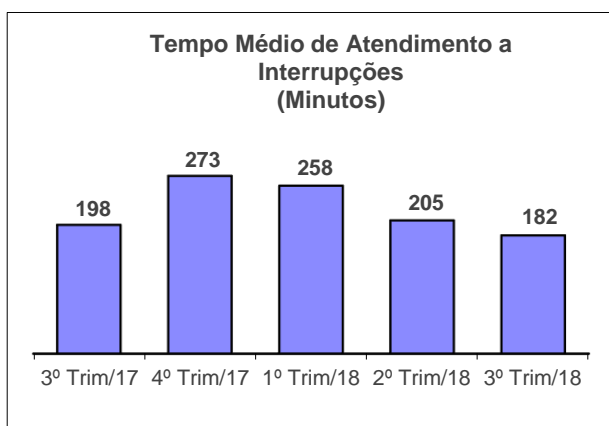
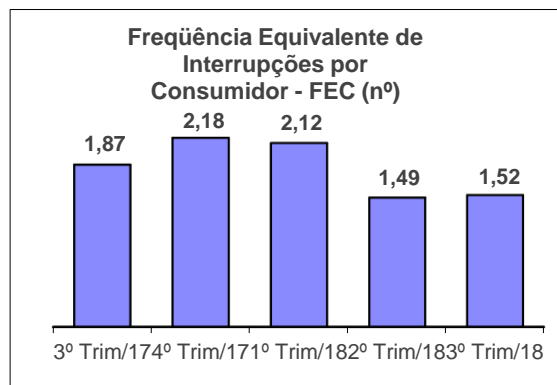
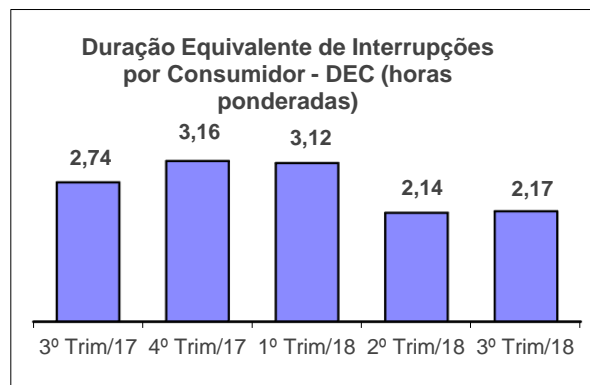
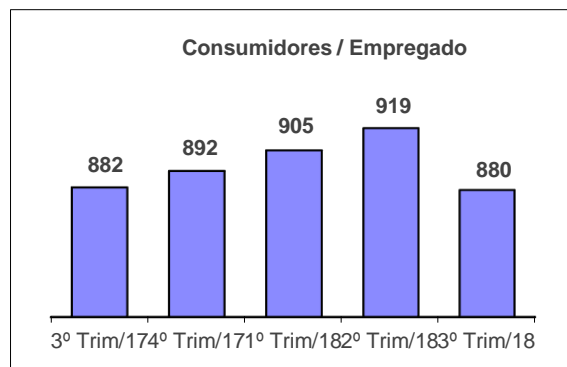
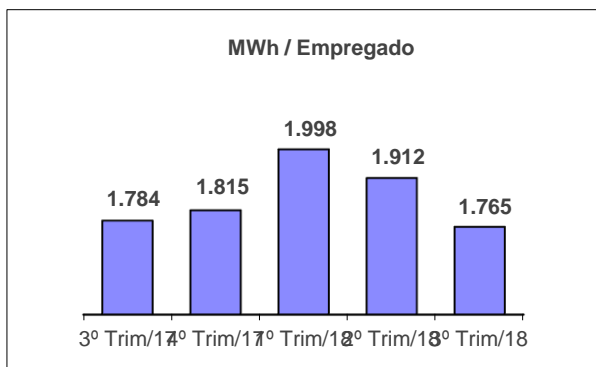
1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras correspondentes ao exercício anterior

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado e ao resultado abrangente dos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado do período de nove meses findo nessa data, obtidas das informações trimestrais – ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR dos períodos de três e de nove meses findos em 30 de setembro de 2017 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de novembro de 2017 e 29 de março de 2018, respectivamente, sem ressalvas.

Florianópolis, 14 de novembro de 2018

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Marcos Roberto Sponchiado

Contador CRC 1SP175536/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Régis Evaloir da Silva

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Vítor Lopes Guimarães

Diretor de Distribuição

Adriano Lima Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Eduardo Evangelista

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Régis Evaloir da Silva

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Vítor Lopes Guimarães

Diretor de Distribuição

Adriano Lima Medeiros

Diretor de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

José Eduardo Evangelista

Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8